

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Comissão Permanente de Direitos Humanos do Senado Federal

A FALTA DE MÉDICOS E A ATUAL SITUAÇÃO DO SUS

Dr. Donizetti Giamberardino Filho
Conselho Federal de Medicina (CFM)

Brasília, 11 de junho de 2019.





**NO BRASIL, HÁ FALTA DE MÉDICOS PARA
ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO?**



CRESCIMENTO DO NÚMERO DE MÉDICOS

Médicos no Brasil em 2018

População de 207,6 milhões de habitantes



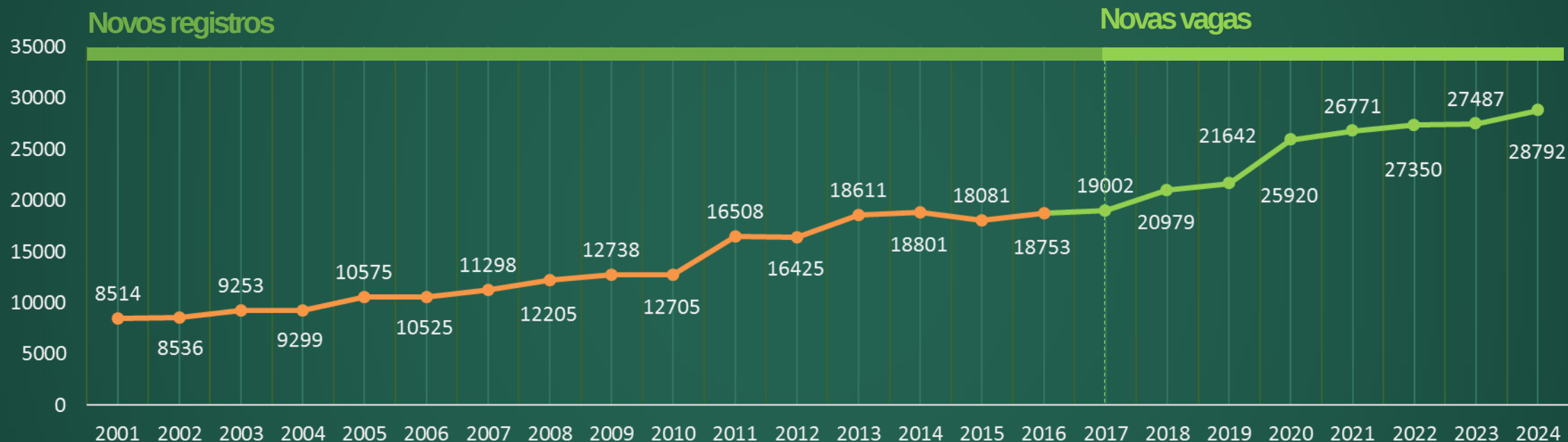
452.801 médicos =
2,18 médicos por
1.000 habitantes

DOBROU o número
(desde 1990)

+ de 100 mil (2010-
2017)

500 mil (em 2020)

Perto de 30.000 novos médicos por ano



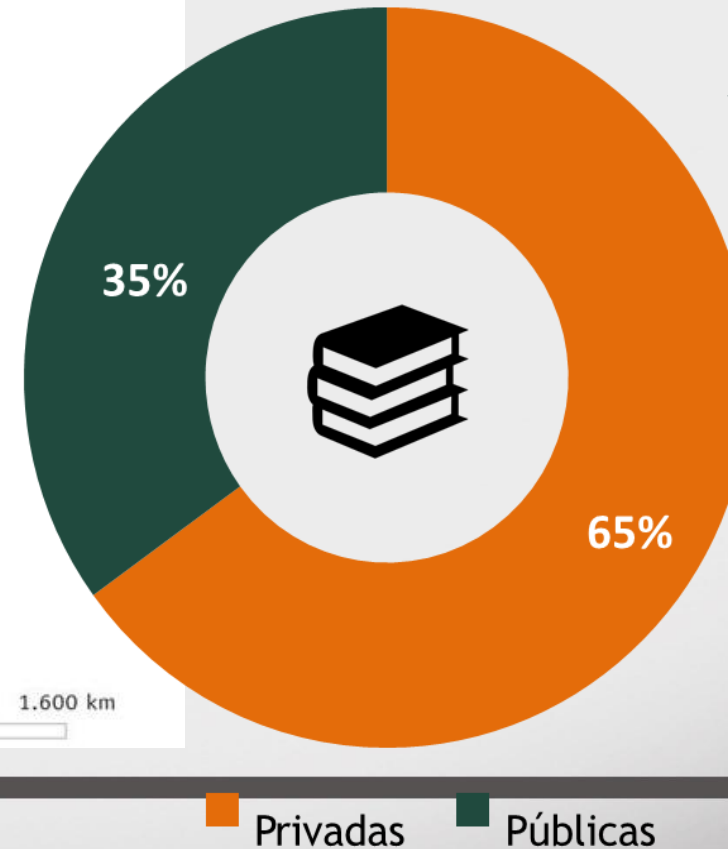
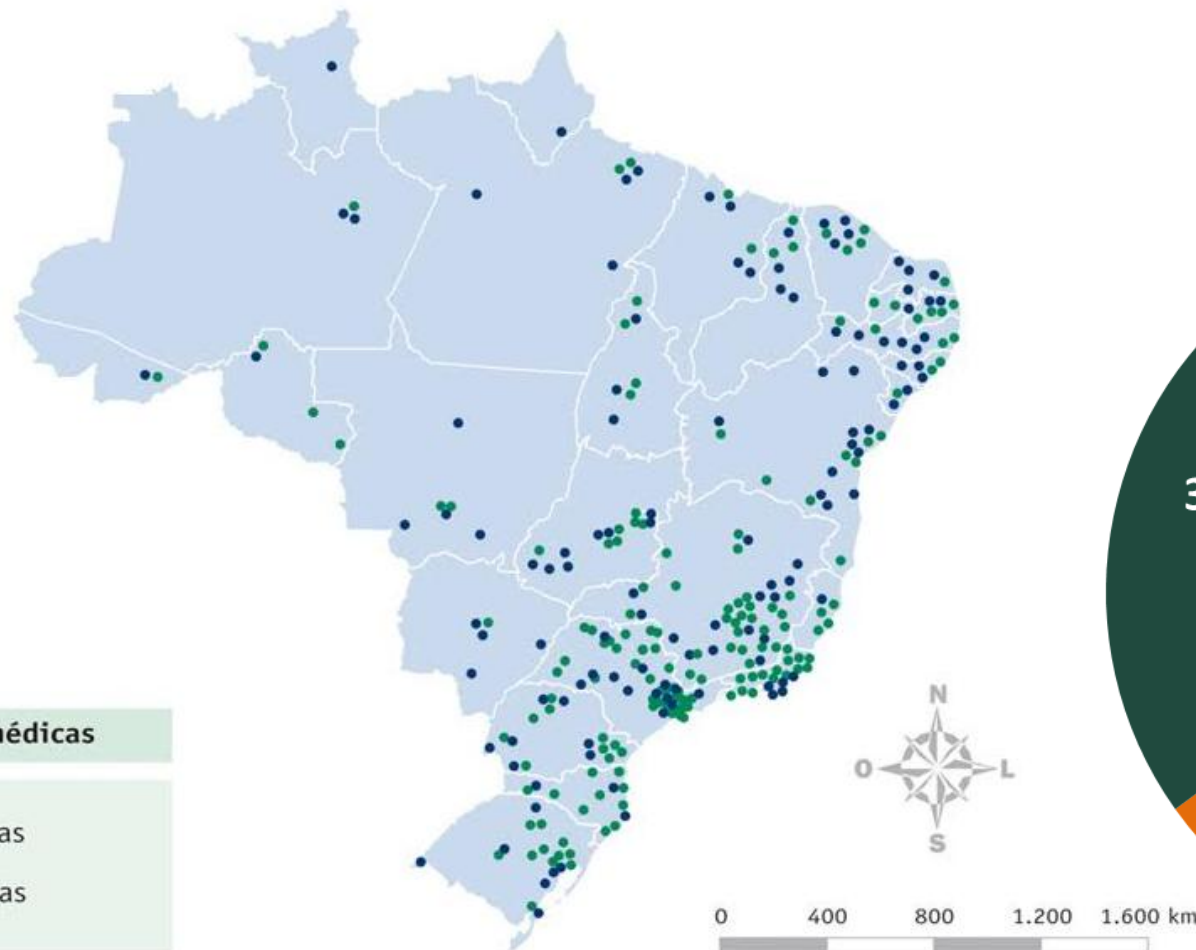
*Projeção “congelada” em 2017. Altera com novas aberturas de cursos e aumento de vagas

Crescimento: médicos e população



População de Médicos População Brasileira Médico/1.000 Habitantes

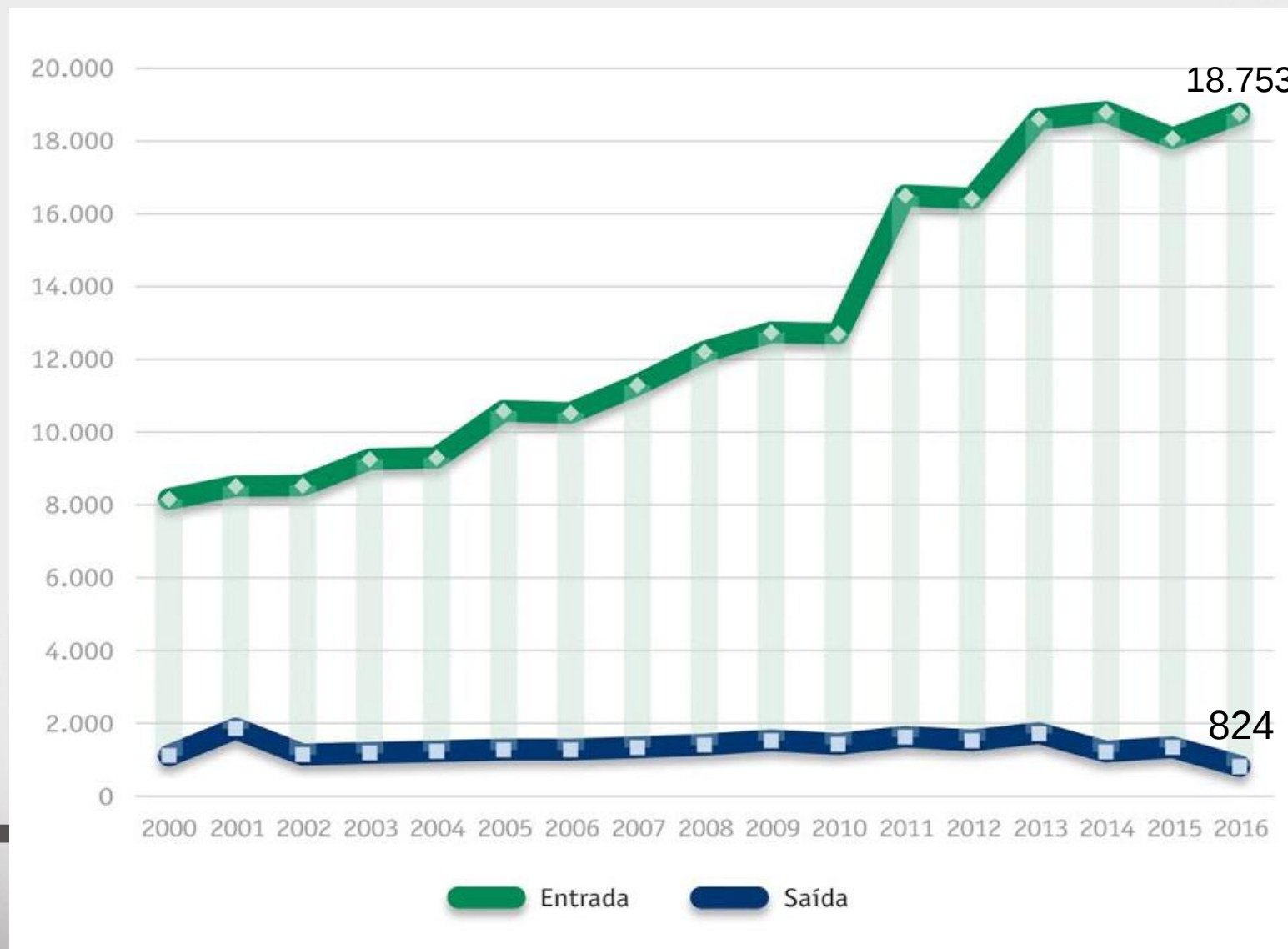
Mais cursos e vagas = aumento de médicos



336
CURSOS
Abril 2019
34.465
vagas/ano

117 escolas
(2013-2019)

Entrada (novos registros) maior que saída (inativos)



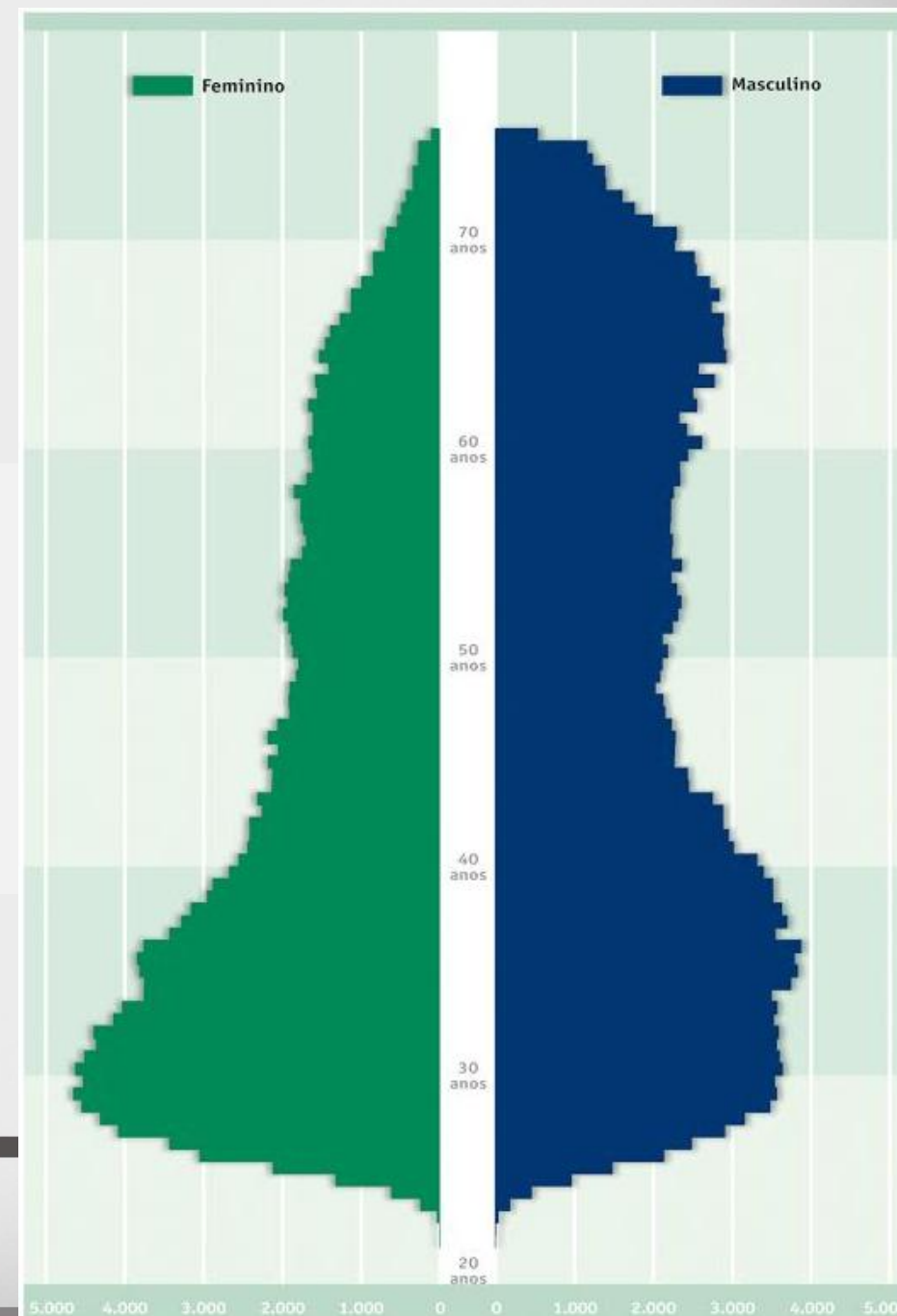
Mais jovens

Média de idade: 45,4 anos

Homens
47,6 anos



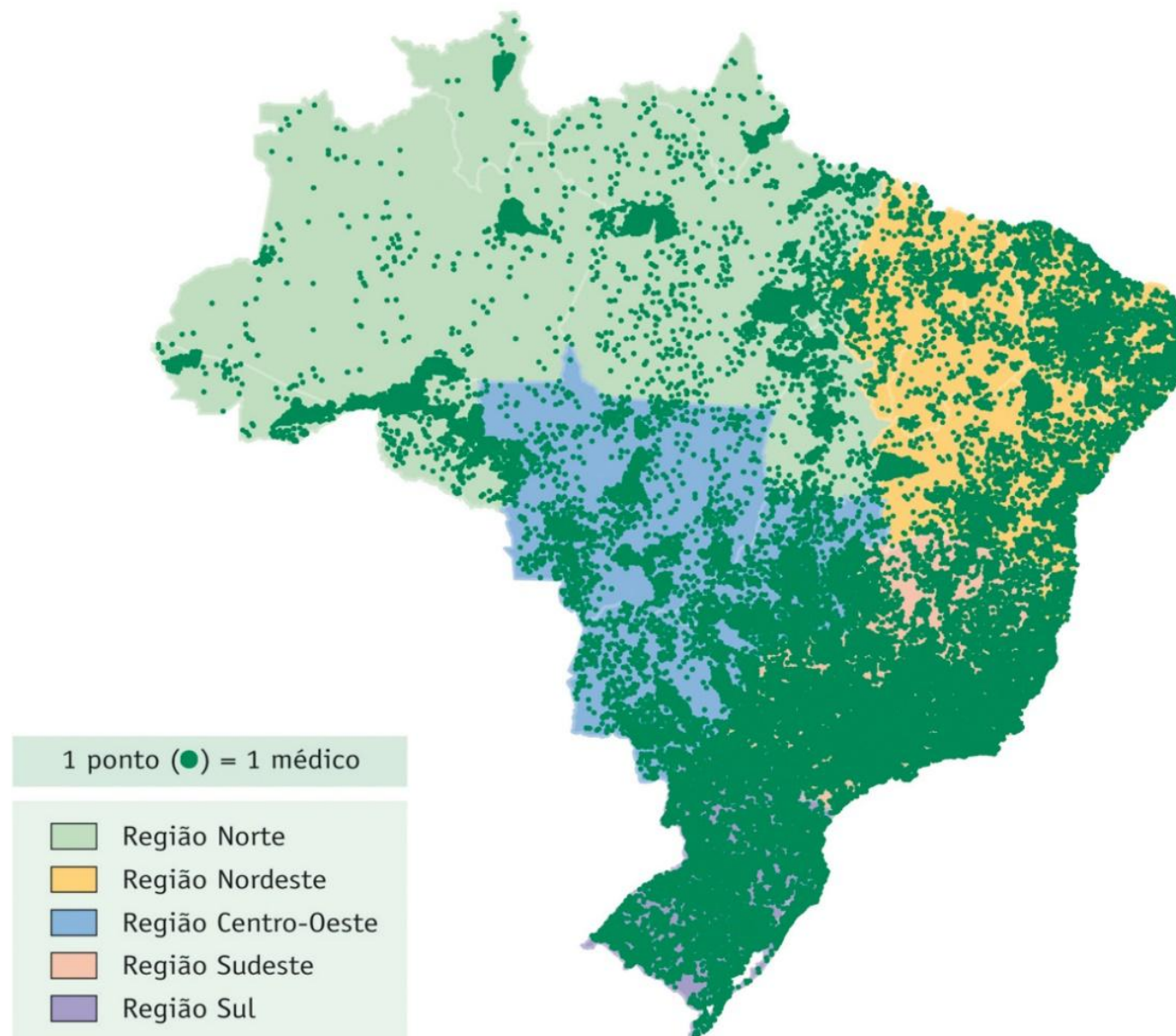
Mulheres
42,8 anos



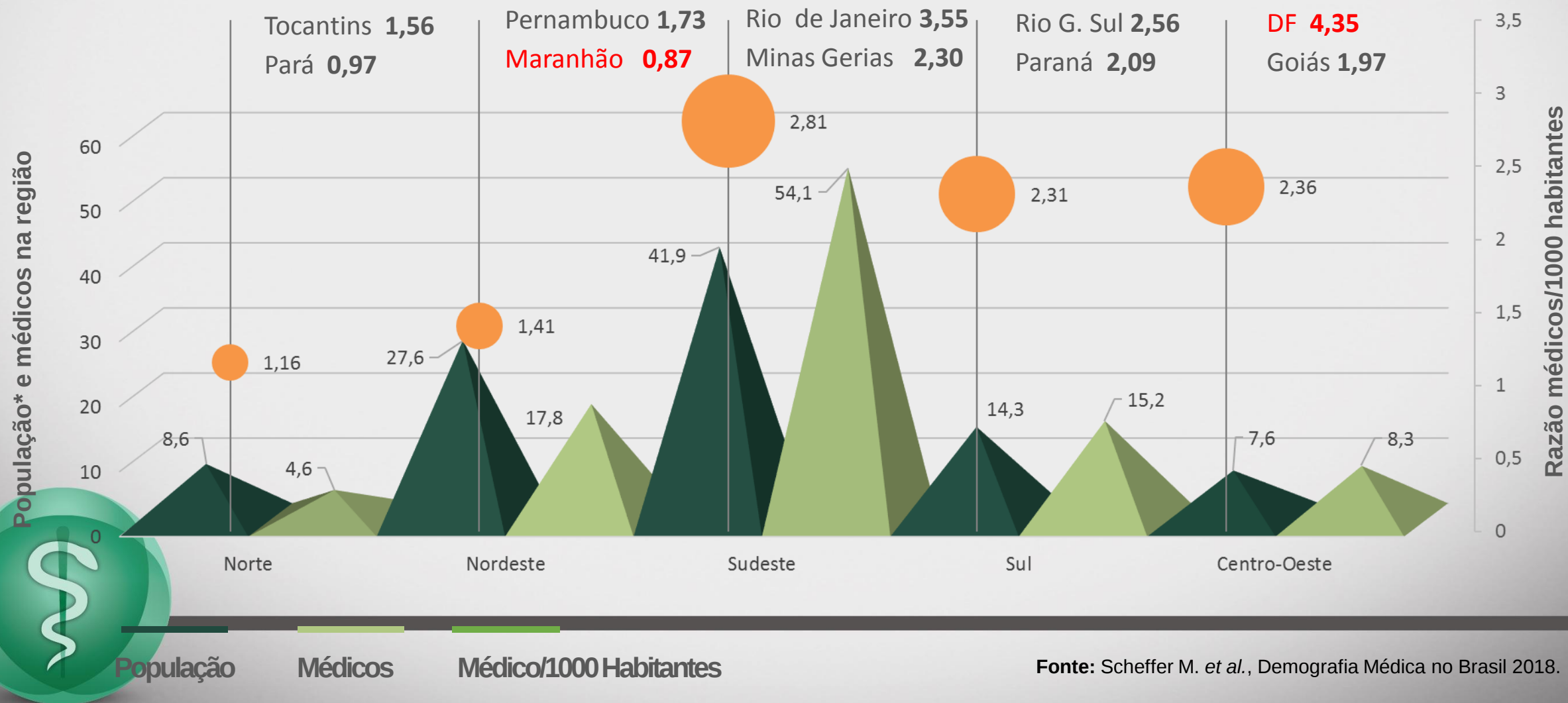


DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL

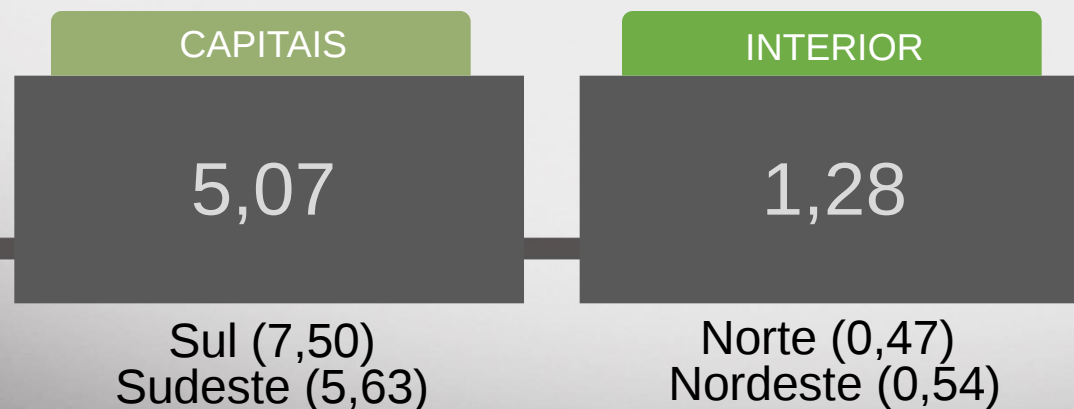
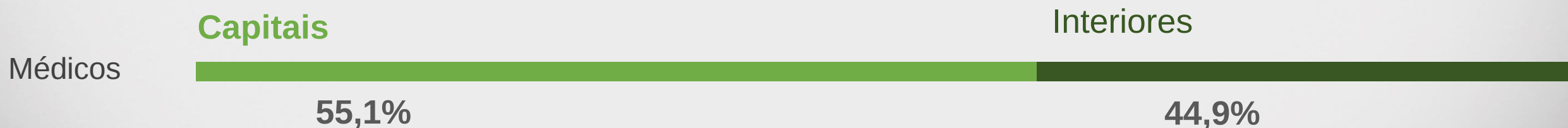
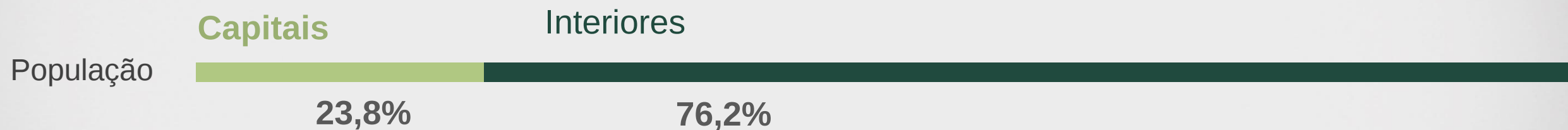
Hiperconcentração X “desertos” médicos



Distribuição de médicos e população



Desigualdade entre capitais e interiores



Vitória (12,27)
Florianópolis (9,68)

Macapá (1,62)
Rio Branco (1,98)

Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2018.

Desigualdade segundo porte de municípios



30%

da População

Nas 39 cidades
com mais de 500
mil habitantes



60%

dos Médicos

4.905 municípios
com até 50 mil hab.

34.000 médicos

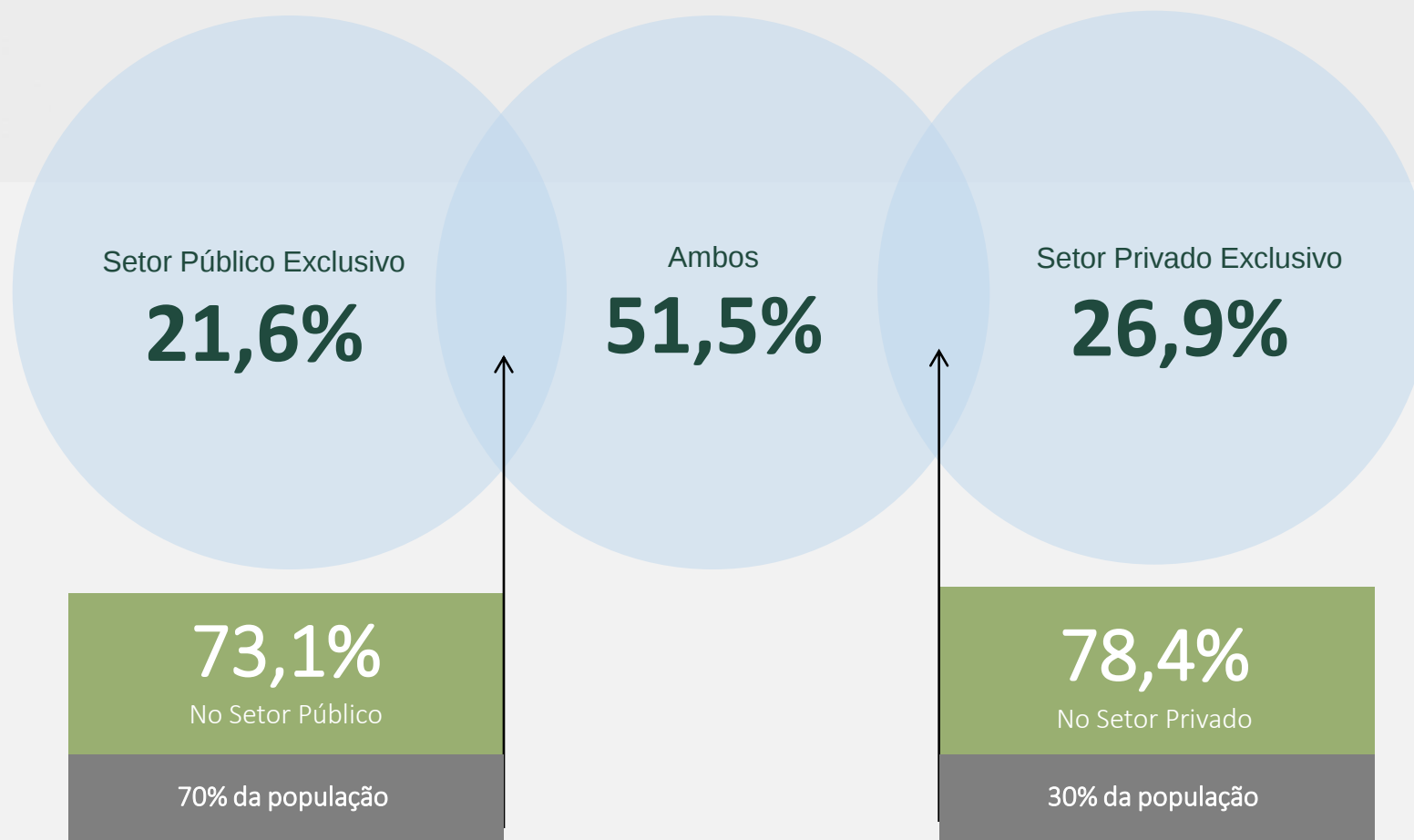
Cidade de São Paulo

60.000 médicos



Desigualdade: médicos no público e no privado

(DEMOGRAFIA MÉDICA 2015)





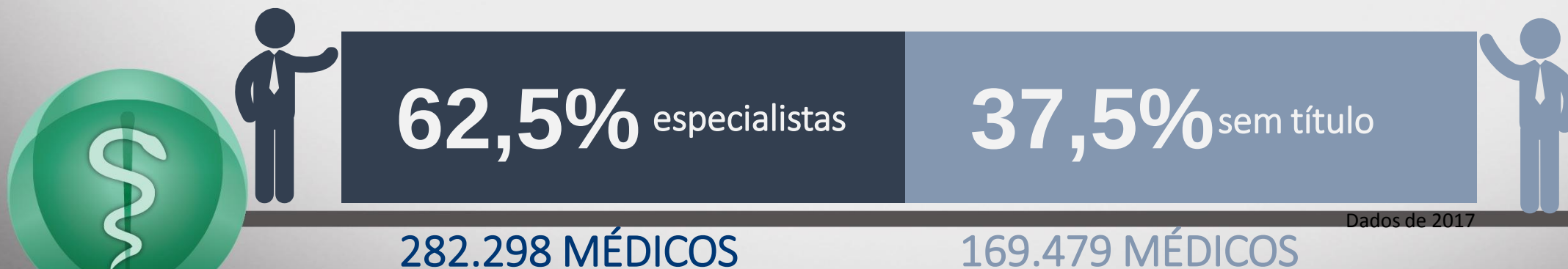
MÉDICOS ESPECIALISTAS

Contagem de especialistas



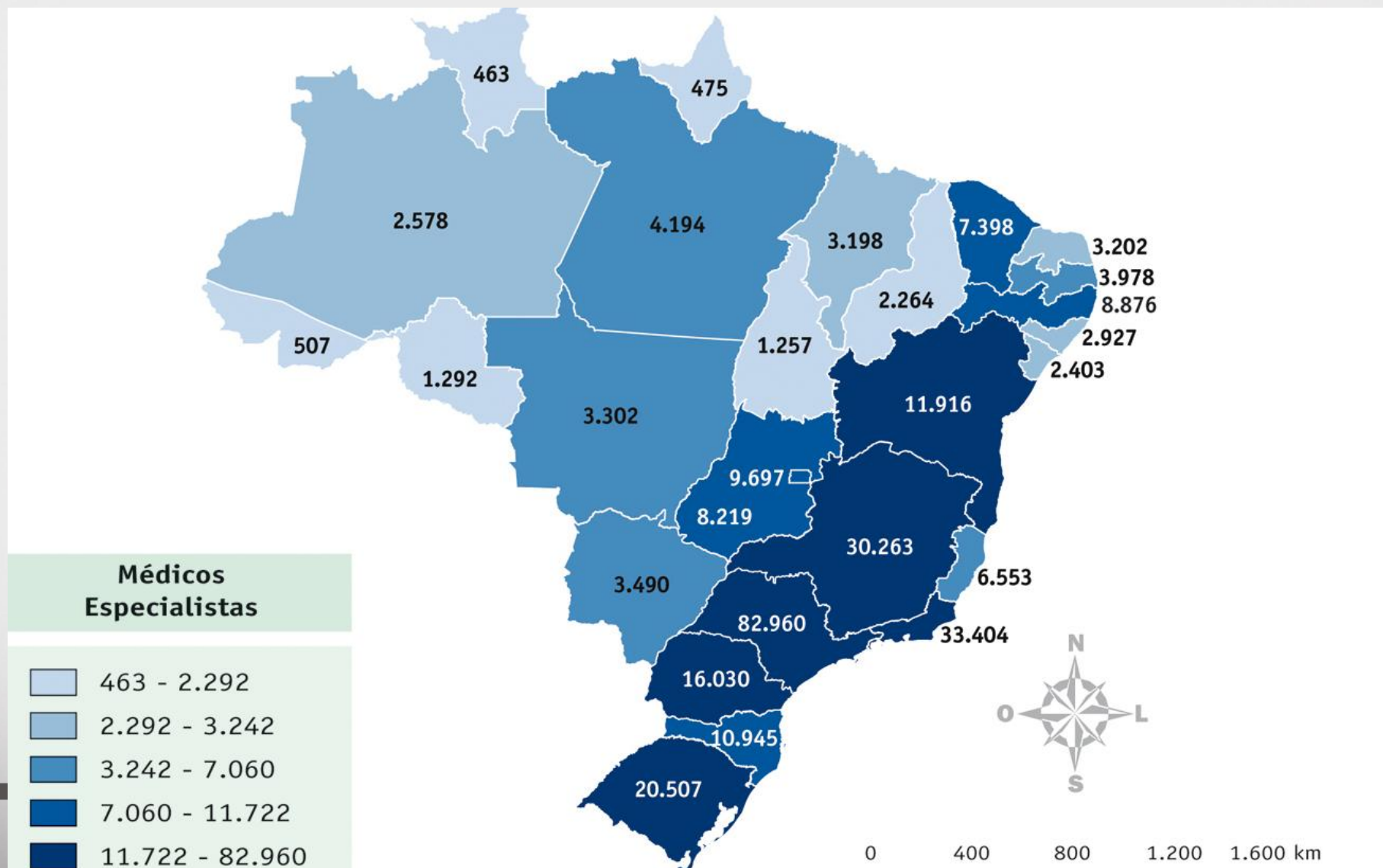
Bases de dados: CRMs, CNRM e AMB

Aumento de 53,4 mil desde estudo anterior (2014)

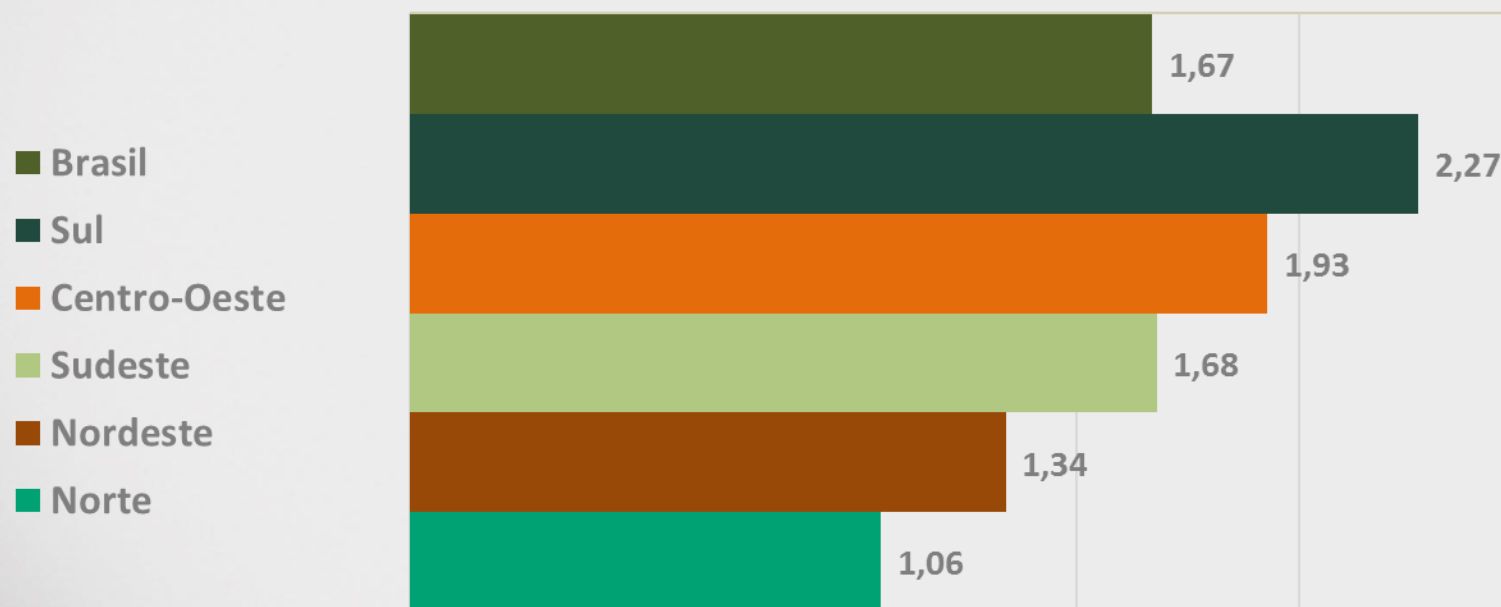


Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2018.

Distribuição no território



Razão especialistas/não especialistas



SÃO PAULO



tem **83mil**
especialistas,
mais que a soma das
Regiões **NORDESTE**,
CENTRO-OESTE e
NORTE (81,6 mil)



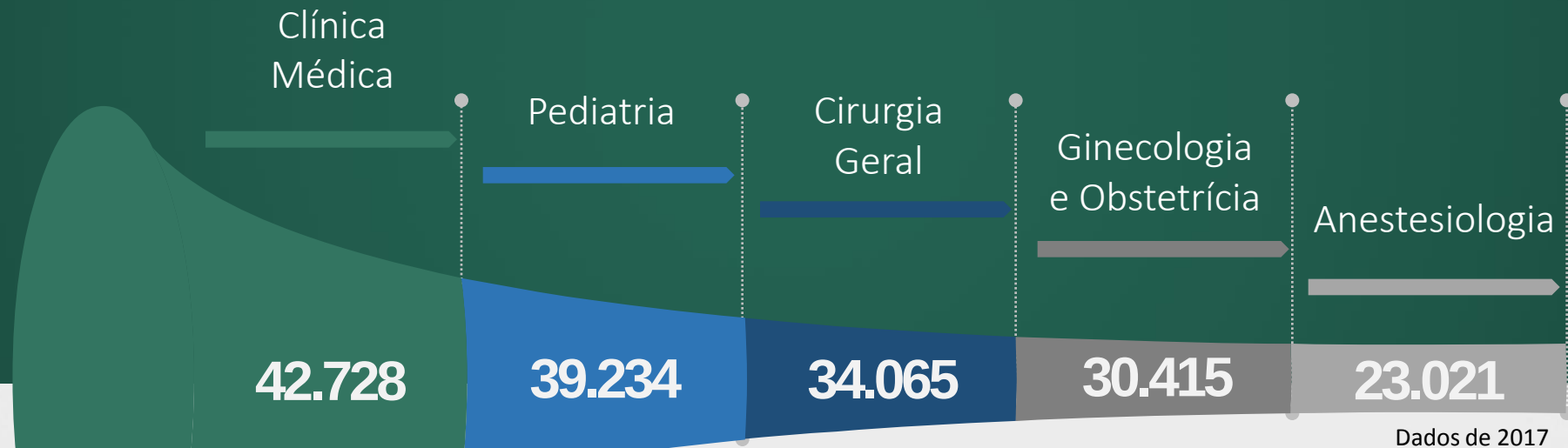
Mais não especialistas
que especialistas

Tocantins e
Rondônia

Mais de 2 especialistas
por não especialista

Distrito Federal, Rio Grande do Sul,
Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná

Distribuição nas especialidades



5 especialidades

Têm quase 50% dos especialistas

80% estão em 20 das 54 especialidades



Especialidades: média de idade



MAIS JOVENS		MAIS IDOSOS	
Clínica Médica	42,6	Medicina de Trabalho	57,6
Medicina de Família e Comunidade	42,8	Medicina Legal e Perícia Médica	59,0
Cirurgia Oncológica	42,9	Homeopatia	59,8
Cirurgia Geral	44,1	Patologia Clínica/ Medicina Laboratorial	58,5

Especialidades: Gênero



54 especialidades
18 têm mais mulheres e 36
têm mais homens



Homens
Maioria nas especialidades
cirúrgicas

MULHERES

77%
Dermatologia

74%
Pediatria

57%
Med.de Família
e Comunidade

56%
Ginecologia e
Obstetrícia

52%
Clínica Médica

98%
Urologia

94%
Ortopedia e
Traumatologia

91%
Cirurgia Torácica

91%
Neurocirurgia

79%
Cirurgia Geral

HOMENS



Maior oferta de Residência Médica , mais especialistas

Distribuição dos médicos residentes em 2017

35.187
médicos cursando
RM no Brasil (R1 a
R6)

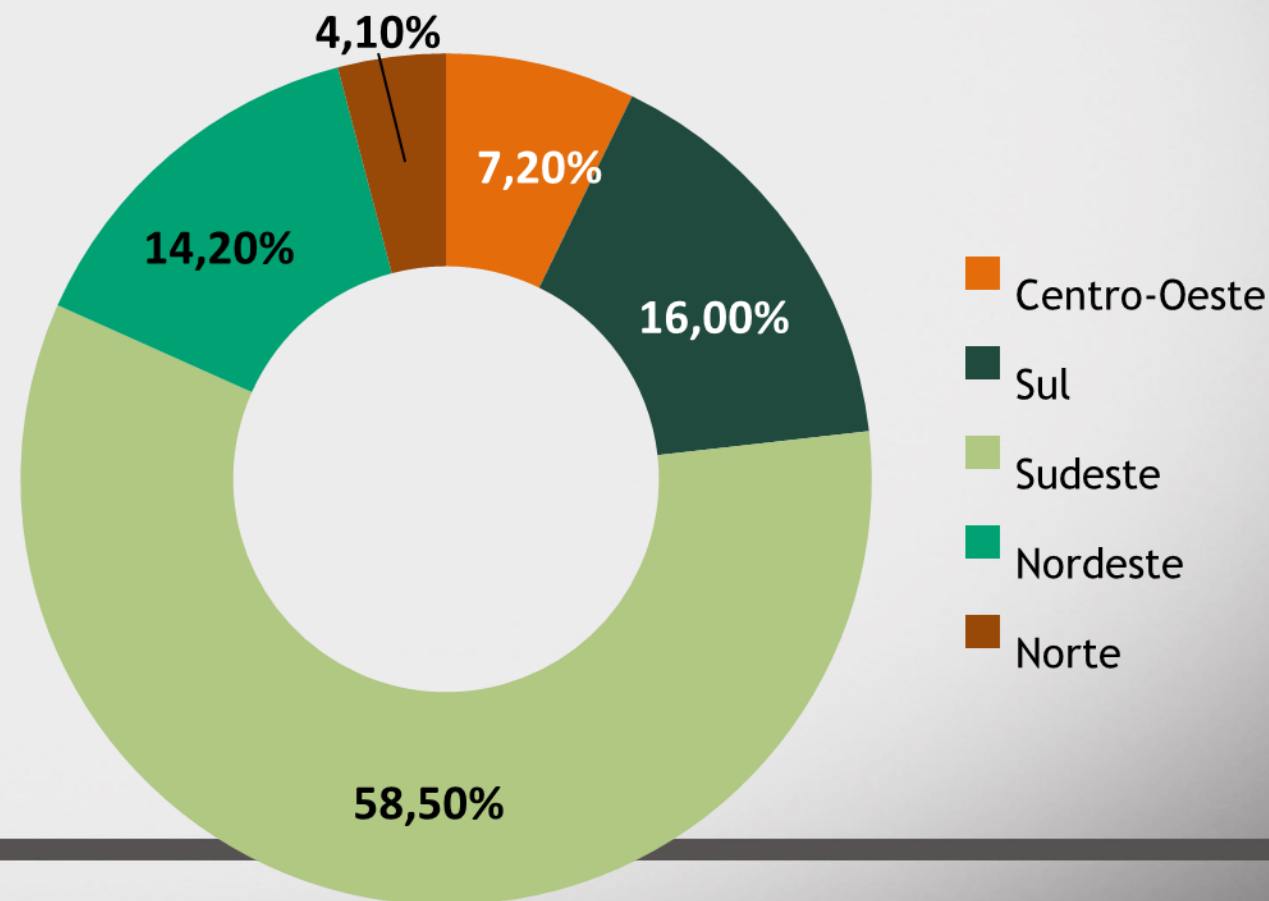
R1 em 2017 = 16.499

R2 em 2017 = 11.820

6.574 programas

790 instituições

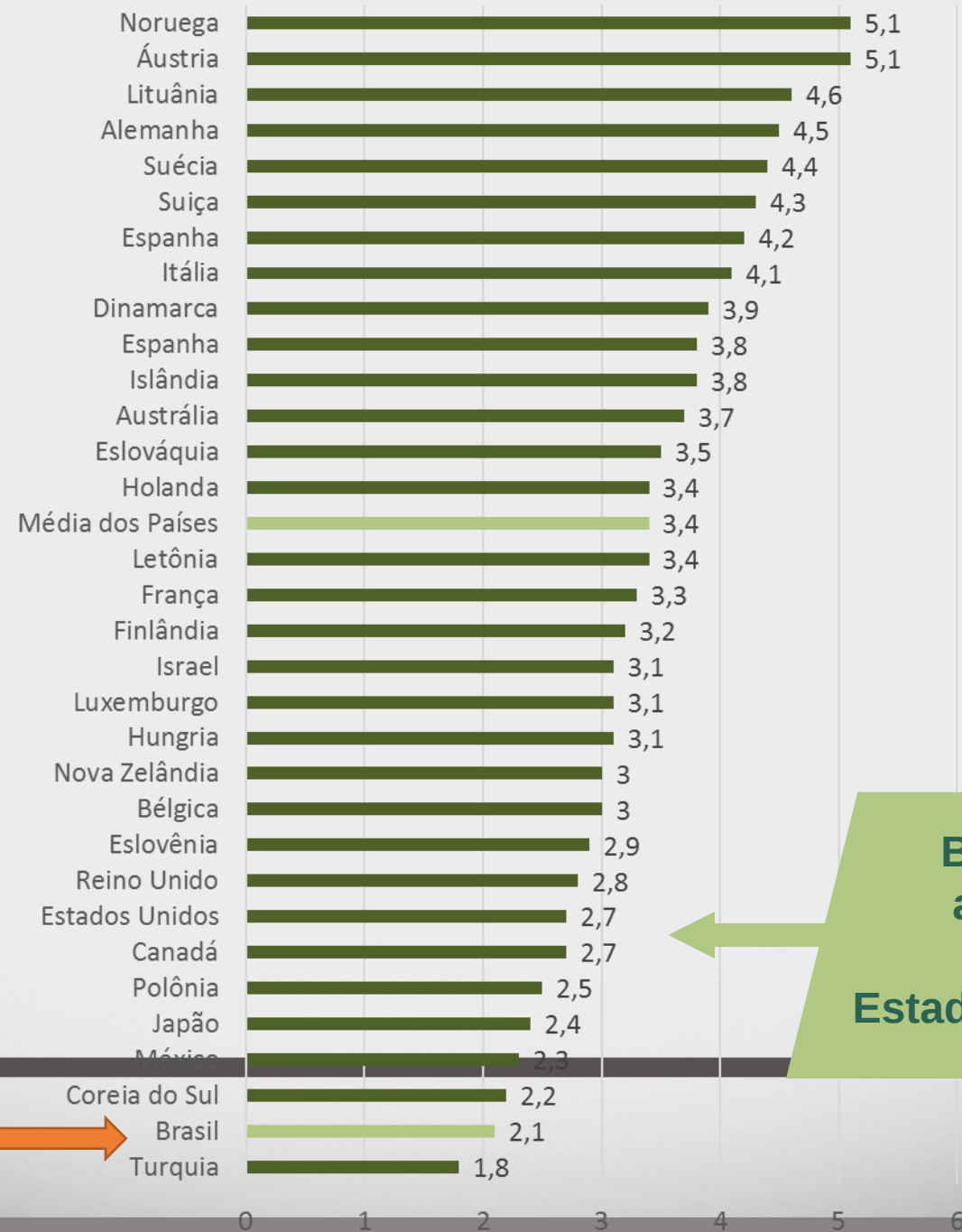
58.077 vagas autorizadas
22.899 (40%) não
ocupadas





COMPARAÇÃO COM PAÍSES

Médico/1.000 habitantes (OCDE)



**Brasil pode se
aproximar de
Canadá,
Estados Unidos, Reino
Unido**

Comparação com países

	Médicos por 1000 habitantes	Médicos diplomados por 100.000 habitantes	Porcentagem de médicos com menos de 35 anos	Porcentagem de mulheres médicas
BRASIL	2,1	10,2	29,7	45,6
MÉDIA OCDE	3,4	13,3	20,1	47,0

	Porcentagem de especialistas	Ginecologistas e Obstetras por 100.000 nascidos vivos	Psiquiatras por 100 mil habitantes	Pediatras por 100 mil habitantes
BRASIL	62,4	10,1	5,0	19,0
MÉDIA OCDE	63,1	14,1	17,0	16,0





O MÉDICO E O TRABALHO

MERCADO DE TRABALHO NO SUS - DISTORÇÕES

- Levantamento do CFM analisou **441 concursos públicos** para contratação de médicos em 2018.
 - Média de vencimentos para jornada de 20 horas semanais é de **R\$ 5.520**.
 - Atualmente, piso pleiteado pela Fenam é de **R\$ 14.134,58** para essa jornada.

Concursos Públicos com vagas para Médicos - Brasil, 2018*					
Distribuição por Jornada Semanal					
Jornada Semanal	Quantidade de Vagas (+CR)	Remuneração Inicial			
		Menor Valor	Maior Valor	Valor Médio	Valor Médio/Hora
8h	10	R\$ 2.500,00	R\$ 6.670,00	R\$ 4.140,85	R\$ 129,40
10h	81	R\$ 1.553,67	R\$ 6.363,50	R\$ 3.673,12	R\$ 91,83
12h	121	R\$ 1.043,63	R\$ 6.181,61	R\$ 3.813,98	R\$ 79,56
15h	110	R\$ 3.453,21	R\$ 11.340,85	R\$ 5.297,66	R\$ 88,29
20h	2478	R\$ 954,00	R\$ 14.301,60	R\$ 5.520,73	R\$ 69,01
24h	665	R\$ 2.000,00	R\$ 12.052,78	R\$ 5.862,64	R\$ 61,07
30h	293	R\$ 1.804,20	R\$ 15.879,40	R\$ 7.616,81	R\$ 63,47
36h	9	R\$ 3.310,51	R\$ 16.000,00	R\$ 9.414,28	R\$ 65,38
40h	1303	R\$ 1.871,63	R\$ 30.000,00	R\$ 10.228,68	R\$ 63,93
44h	28	R\$ 18.207,20	R\$ 26.440,48	R\$ 22.323,84	R\$ 126,84

Fonte: PCI Concursos, JC Concursos. *Certames com editais abertos em 2018 (até julho)



MERCADO DE TRABALHO NO SUS - DISTORÇÕES

Centro-Oeste e Nordeste

Concursos Públicos com vagas para Médicos Distribuição por Unidade da Federação - Brasil, 2018*			
Estado	Quantidade de Vagas (+CR)	Remuneração Inicial Média	
		20 horas	40 horas
Distrito Federal	296	R\$ 5.567,41	R\$ 12.654,00
Goiás	55	R\$ 8.566,66	R\$ 7.695,06
Mato Grosso	17	R\$ 7.929,63	R\$ 11.409,83
Mato Grosso do Sul	43	R\$ 6.371,00	R\$ 12.747,91
Centro-Oeste	411	R\$ 7.108,68	R\$ 11.126,70
Alagoas	34	R\$ 2.895,17	-
Bahia	193	R\$ 4.666,67	R\$ 8.195,00
Ceará	28	R\$ 5.290,00	R\$ 7.588,82
Maranhão	100	R\$ 4.000,00	R\$ 7.180,29
Paraíba	151	R\$ 3.101,67	R\$ 5.833,33
Pernambuco	164	R\$ 3.530,11	R\$ 7.772,44
Piauí	22	-	R\$ 4.428,57
Rio Grande do Norte	802	R\$ 3.314,16	R\$ 6.887,83
Sergipe	379	R\$ 4.942,61	R\$ 5.000,00
Nordeste	1873	R\$ 3.967,55	R\$ 6.610,79

Fonte: PCI Concursos, JC Concursos. *Editais abertos entre janeiro e julho

Norte, Sudeste, Sul

Concursos Públicos com vagas para Médicos Distribuição por Unidade da Federação - Brasil, 2018*			
Estado	Quantidade de Vagas (+CR)	Remuneração Inicial Média	
		20 horas	40 horas
Acre	1	R\$ 4.180,66	-
Amapá	1	-	R\$ 8.361,33
Amazonas	15	R\$ 2.829,75	R\$ 22.500,00
Pará	145	R\$ 5.676,12	R\$ 4.997,39
Rondônia	23	R\$ 3.414,79	R\$ 6.345,03
Roraima	0	-	-
Tocantins	11	R\$ 7.000,00	R\$ 9.000,00
Norte	196	R\$ 4.620,26	R\$ 10.240,75
Espírito Santo	37	R\$ 3.797,96	R\$ 6.678,67
Minas Gerais	487	R\$ 5.464,68	R\$ 10.718,26
Rio de Janeiro	242	R\$ 2.298,59	R\$ 4.855,13
São Paulo	681	R\$ 4.743,37	R\$ 9.931,59
Sudeste	1447	R\$ 4.076,15	R\$ 8.045,91
Paraná	160	R\$ 7.076,88	R\$ 11.844,17
Rio Grande do Sul	217	R\$ 5.070,54	R\$ 10.446,42
Santa Catarina	320	R\$ 6.687,30	R\$ 12.259,95
Sul	697	R\$ 6.278,24	R\$ 11.516,85
Nacional	474	R\$ 4.513,00	R\$ 16.586,24

Fonte: PCI Concursos, JC Concursos. *Editais abertos entre janeiro e julho



MERCADO DE TRABALHO NO SUS - DISTORÇÕES



MUNICÍPIO DE PINHEIRAL – RJ
PREFEITURA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2018



O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRAL, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, resolve tornar públicas as instruções destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinheiral, na forma das Leis Municipais nº 187, de 30 de dezembro de 2002; nº 263, de 20 de janeiro de 2004; nº 274, de 19 de fevereiro de 2004; nº 990, de 20 de outubro de 2017 e conforme o Edital a seguir:

CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	Vagas de Ampla Concorrência	Vagas reservadas aos candidatos com deficiência	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO-BASE
NÍVEL SUPERIOR						
011	Médico Clínico Geral	Curso de Nível Superior em Medicina e registro no respectivo Conselho de Classe.	02	-	20h	R\$ 954,00
012	Médico Dermatologista	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização ou Residência Médica em Dermatologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 954,00
013	Médico Endocrinologista	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização ou Residência Médica em Endocrinologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 954,00
014	Médico Gastroenterologista	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização ou Residência Médica em Gastroenterologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	Cadastro Reserva	-	20h	R\$ 954,00
015	Médico Ginecologista	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização ou Residência Médica em Ginecologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 954,00
016	Médico Mastologista	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização ou Residência Médica em Mastologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 954,00
017	Médico Neurologista	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização ou Residência Médica em Neurologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 954,00
018	Médico Neuropediatra	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização ou Residência Médica em Neuropediatria e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 954,00



RELAÇÃO DO MÉDICO COM O TRABALHO – DADOS DE 2015

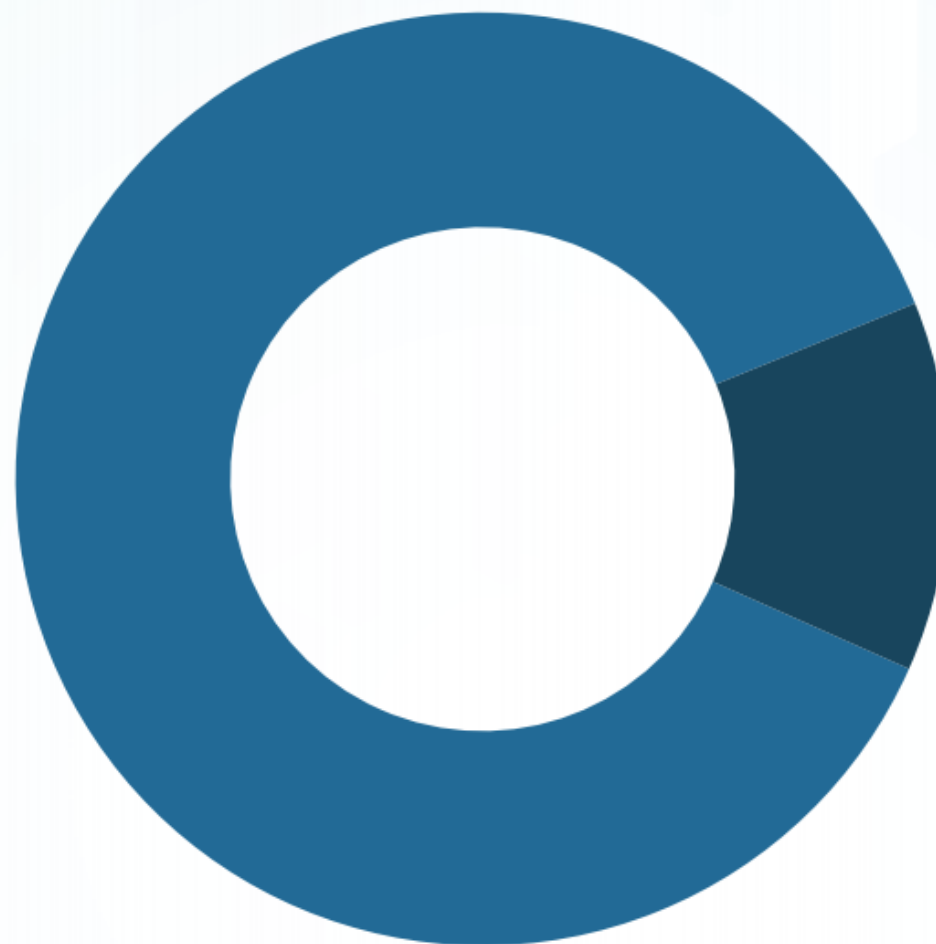
DEDICAÇÃO À MEDICINA

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

83,7%

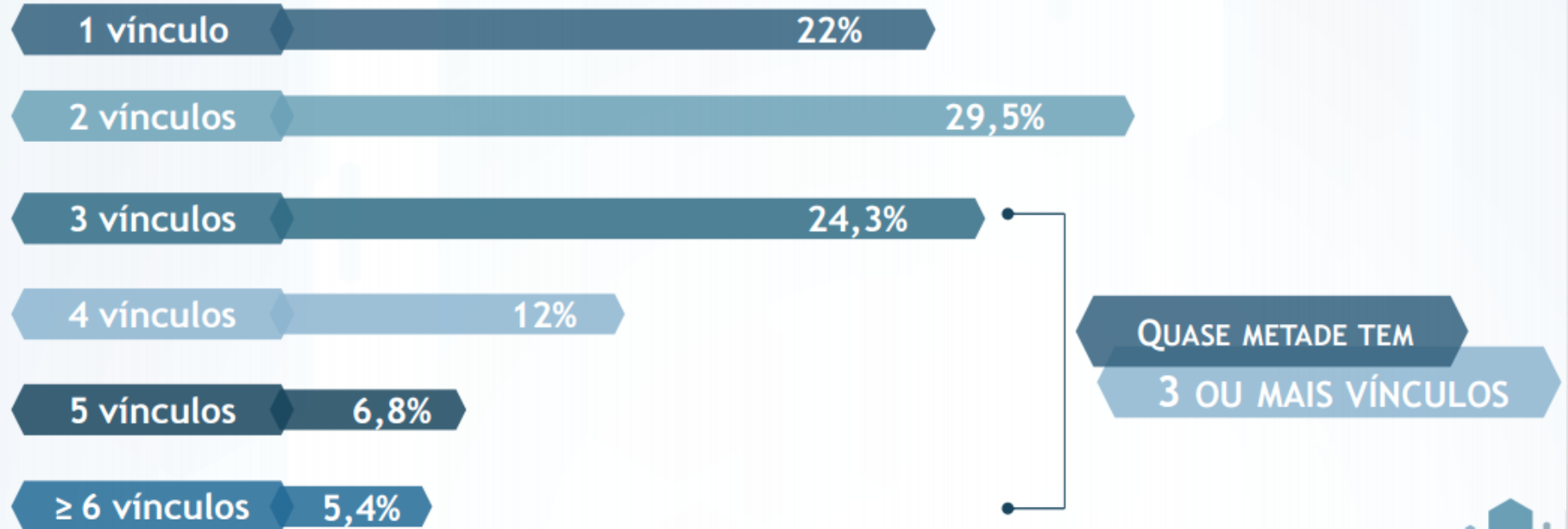
DEDICAÇÃO PARCIAL

16,3%



RELAÇÃO DO MÉDICO COM O TRABALHO – DADOS DE 2015

MÚLTIPLOS VÍNCULOS DE TRABALHO

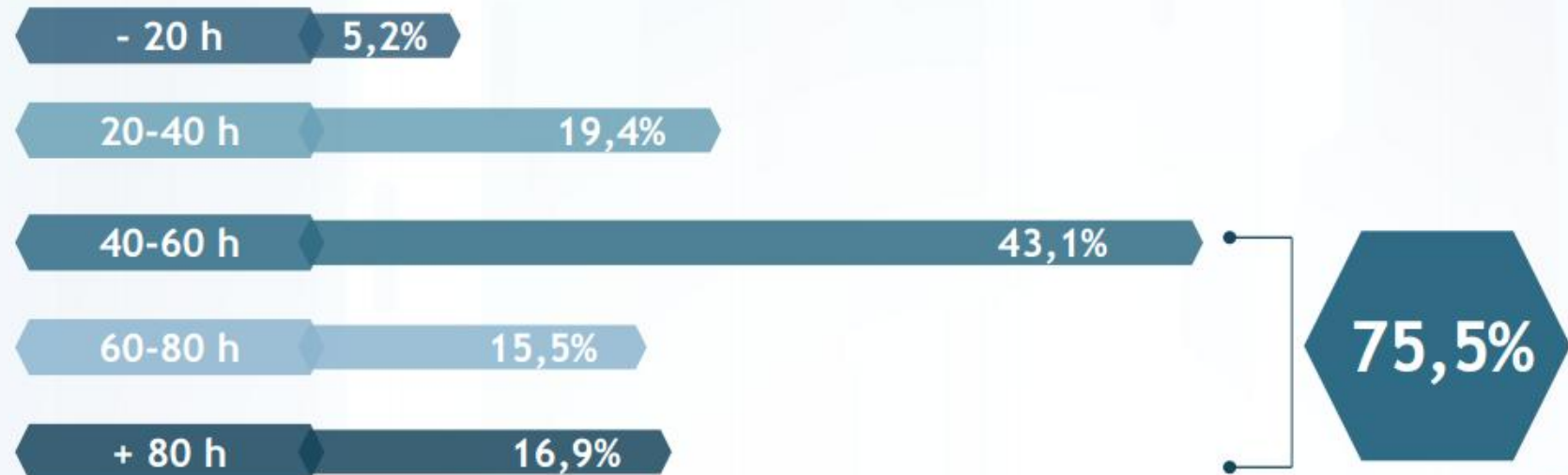


MAIS JOVENS (ATÉ 35 ANOS) TÊM MAIS VÍNCULOS
ACIMA DE 60 ANOS TÊM MENOS
COM DOIS OU MAIS VÍNCULOS HÁ EQUIVALÊNCIA DE
HOMENS (78,4%) E MULHERES (77,5%)



RELAÇÃO DO MÉDICO COM O TRABALHO – DADOS DE 2015

JORNADA DE TRABALHO EXTENSA



UM TERÇO DOS MÉDICOS TRABALHA MAIS DE 60 HORAS SEMANAIS

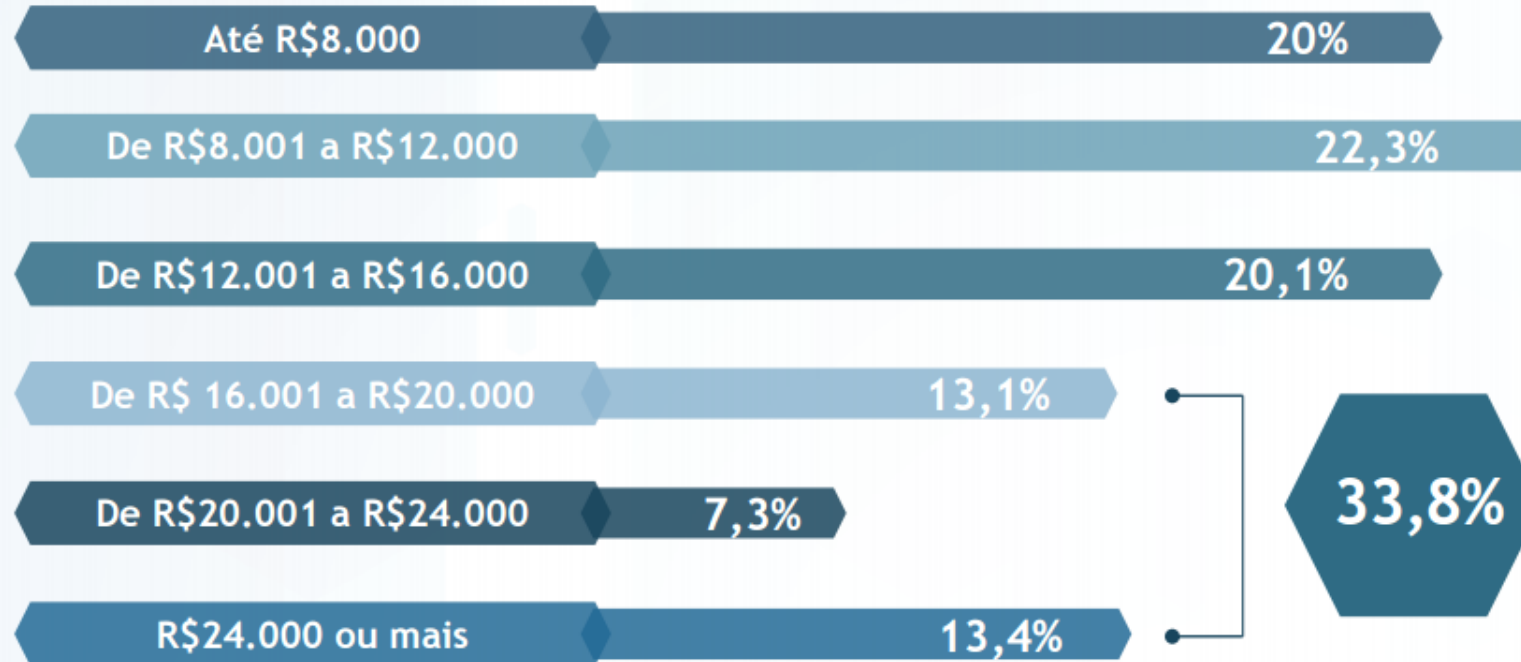
ACIMA DE 40H HÁ POUCA DIFERENÇA ENTRE HOMENS (76,6%) E MULHERES (74%)

ACIMA DE 60H 36,6% DOS HOMENS E 26,8% DAS MULHERES



RELAÇÃO DO MÉDICO COM O TRABALHO – DADOS DE 2015

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO



Ganham mais

homens, mais velhos,
no interior, especialistas,
no setor privado

Ganham menos

mulheres, mais jovens,
na capital, sem especialidade,
no setor público



RELAÇÃO DO MÉDICO COM O TRABALHO – DADOS DE 2015

ATUAÇÃO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO



Público

mais mulheres
mais jovens
menos especialistas

Privado

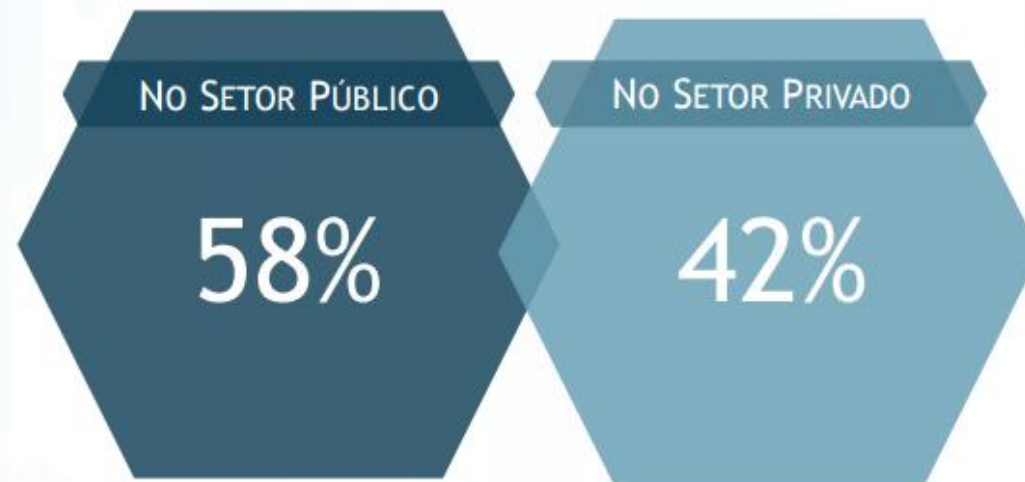
mais homens
mais velhos
mais especialistas



RELAÇÃO DO MÉDICO COM O TRABALHO – DADOS DE 2015

ONDE PREFERE TRABALHAR?

FOI APRESENTADA AOS MÉDICOS A HIPÓTESE DE QUE OS SALÁRIOS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO SERIAM AS MESMAS



RELAÇÃO DO MÉDICO COM O TRABALHO – DADOS DE 2015

O QUE LEVA O MÉDICO A SE FIXAR EM UMA CIDADE OU LOCAL DE TRABALHO

FATORES DE FIXAÇÃO	(%)
Salário/Remuneração	98,3
Condição de trabalho	98,2
Qualidade de vida	97,9
Ambiente seguro/sem violência	97,2
Possibilidade de aperfeiçoamento e especialização	96,9
Plano de Carreira	96,7
Reconhecimento profissional	96,5



PRINCIPAIS CONCLUSÕES

AUMENTO DO NÚMERO DE MÉDICOS

Meio milhão em 2020, mais cursos, mais entradas que saídas.

A população médica cresce muito mais rápido do que a população em geral.

Razão médico/habitante se aproxima de índices do Japão e do Canadá

AUMENTO DO NÚMERO DE ESPECIALISTAS

Mais programas e vagas de RM. Mas 170.000 ainda sem título.

Número de especialistas é maior do que de generalistas.

Falta de ofertas de PRM em áreas consideradas chave.

PERSISTÊNCIA DE DESIGUALDADES

Entre regiões/locais, público e privado, níveis de atenção, etc.

Não há falta de médicos, o que faltam são ações para garantir sua presença no SUS e em áreas de difícil provimento.

EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO

Multiplicação de escolas e vagas: avaliação, garantia de qualidade, interiorização.

A abertura de escolas de graduação não garante fixação do médico no interior.

SOBRECARGA DE TRABALHO

Os médicos relatam situação de sobrecarga de trabalho.

Sem perspectivas de carreira pública, se voltam para o privado com aumento de jornada e de vínculos.





QUAL A SITUAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO QUE SE REFERE À GESTÃO E `A INFRAESTRUTURA?



GASTO PÚBLICO EM SAÚDE

FINANCIAMENTO DA SAÚDE – Situação no mundo

Para Organização Mundial de Saúde (OMS), dos países com acesso universal, o Brasil é o que tem a menor participação do Estado no financiamento da saúde.

Brasil: participação do Estado é de 42,8%.

Percentuais de outros países:

- *Reino Unido (80,4%);*
- *França (78,9%);*
- *Alemanha (76,8%);*
- *Canadá (73,5%);*
- *Argentina (71,4%).*
- *Espanha (71%);*



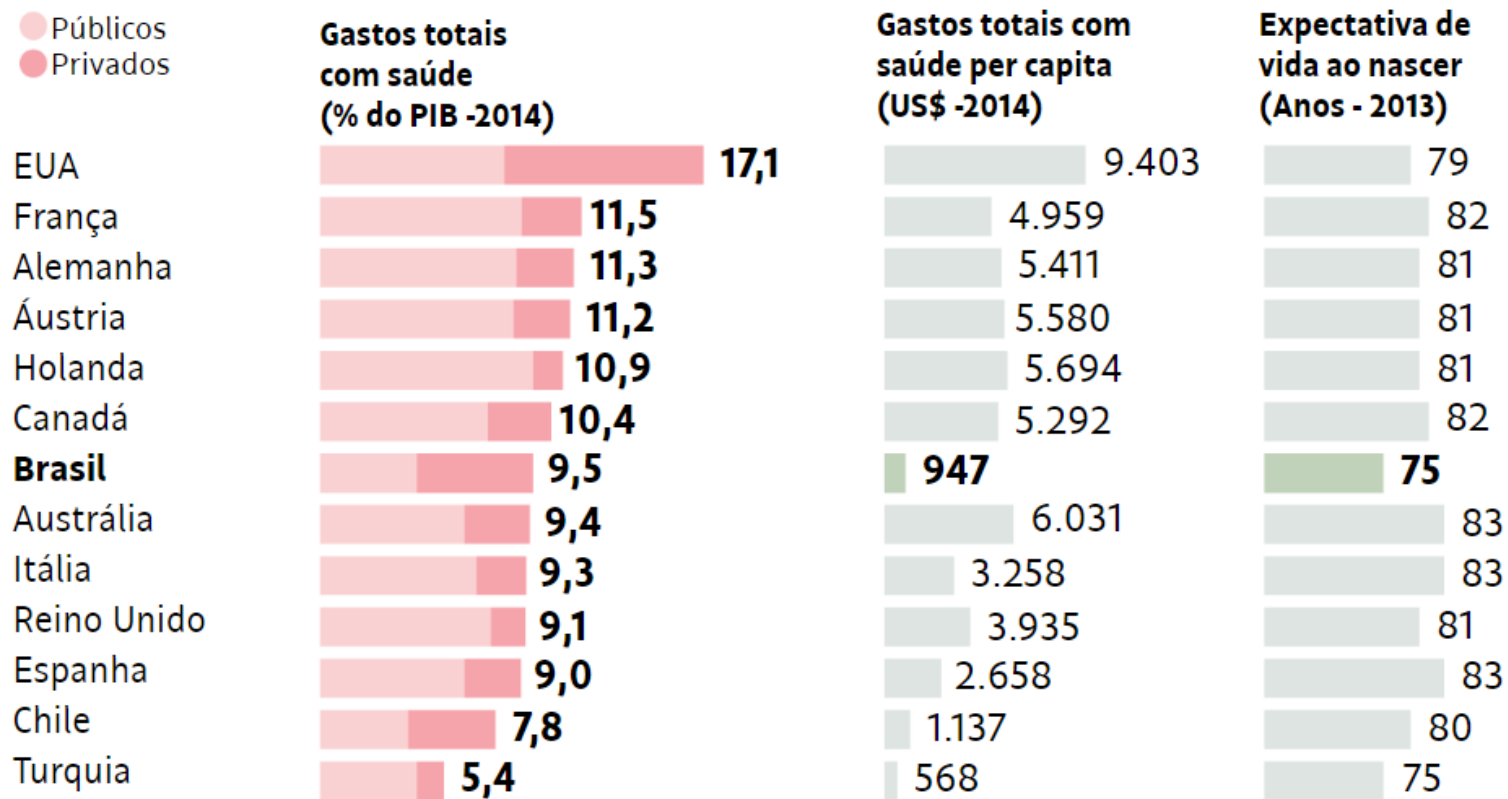
Fonte: OMS, 2015



FINANCIAMENTO DA SAÚDE – Situação no mundo

Despesas com saúde no Brasil e no mundo

Gasto total do Brasil em % do PIB é **maior até que o do Reino Unido**, mas se iguala ao da Turquia em valor per capita



Fonte: OMS – Global Health Expenditure Database e OCDE



FINANCIAMENTO DA SAÚDE – Situação no Brasil

Em 2017, os governos (em níveis federal, estaduais e municipais) aplicaram, diariamente, cerca de **R\$ 3,48 per capita** para cobrir as despesas públicas com saúde dos brasileiros.

**EM VALORES DE MARÇO/2019
CORRESPONDE A**

US\$ 1,12 / dia



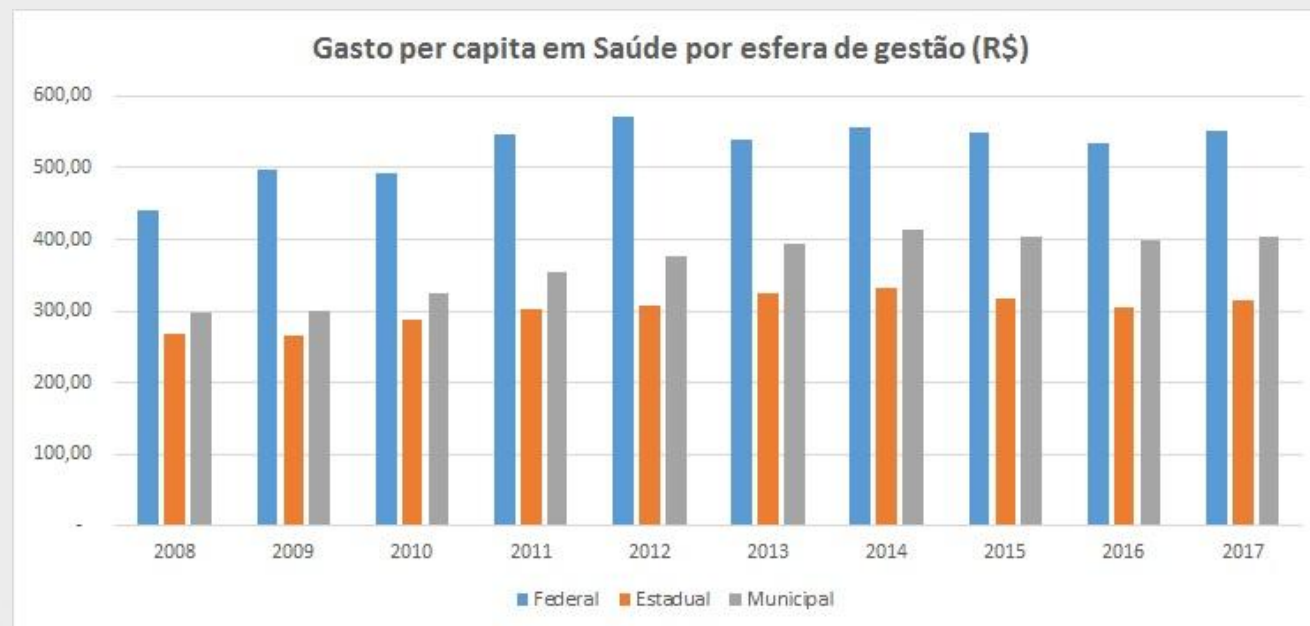
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, Brasil (2017)

Estado	Gasto federal	Gasto estadual	Gasto municipal	Per capita Ano / Posição	
Roraima	527,45	976,77	266,91	1.771,13	1º
Mato Grosso do Sul	374,72	553,67	567,74	1.496,13	2º
Tocantins	476,64	717,86	294,68	1.489,18	3º
Acre	399,91	736,24	170,76	1.306,91	4º
Mato Grosso	347,60	394,02	502,22	1.243,84	5º
São Paulo	267,41	365,76	601,98	1.235,15	6º
Rio Grande do Sul	449,11	333,64	424,38	1.207,13	7º
Rio de Janeiro	479,87	275,88	438,45	1.194,19	8º
Santa Catarina	334,32	334,44	471,91	1.140,66	9º
Paraná	336,09	322,34	470,93	1.129,36	10º
Espírito Santo	323,30	438,82	314,11	1.076,23	11º
Amapá	344,24	574,31	141,55	1.060,11	12º
Rondônia	295,51	437,00	317,61	1.050,11	13º
Piauí	458,94	278,15	306,19	1.043,28	14º
Minas Gerais	324,54	270,30	416,37	1.011,21	15º
Rio Grande do Norte	335,10	282,25	331,63	948,99	16º
Sergipe	349,94	331,32	255,70	936,96	17º
Paraíba	351,65	288,08	272,38	912,11	18º
Goiás	289,10	286,47	335,04	910,60	19º
Pernambuco	343,66	320,37	244,66	908,68	20º
Amazonas	246,18	408,01	253,62	907,82	21º
Ceará	345,01	265,07	278,63	888,71	22º
Alagoas	362,45	259,35	241,38	863,18	23º
Bahia	301,05	226,56	250,20	777,80	24º
Maranhão	293,88	231,48	225,09	750,45	25º
Pará	239,10	258,02	206,55	703,67	26º
Distrito Federal	2.579,02	898,78	-	3.477,79	-
Nacional	187,64	-	-	187,64	-
Gasto per Capita Brasil	R\$ 552,35	R\$ 315,93	R\$ 403,37	R\$ 1.271,65	

Fonte: CFM, 2018



FINANCIAMENTO DA SAÚDE – Situação no Brasil



Fonte: CFM, 2018

FINANCIAMENTO DA SAÚDE – Situação no Brasil

As contas da Saúde (2003 – 2017)

Orçamento Geral da União - Ministério da Saúde*			
Ano	Dotação Autorizada	TOTAL PAGO**	TOTAL PAGO - Dotação Autorizada
2003	69.491.128.742,48	64.590.010.059,86	-4.901.118.682,62
2004	79.927.372.580,13	70.515.638.008,34	-9.411.734.571,78
2005	84.015.728.188,35	69.777.309.945,17	-14.238.418.243,17
2006	86.745.698.717,95	76.958.850.812,09	-9.786.847.905,86
2007	96.051.908.768,69	83.543.212.003,19	-12.508.696.765,50
2008	97.311.918.304,40	86.426.254.898,14	-10.885.663.406,27
2009	105.190.341.024,57	93.056.256.693,45	-12.134.084.331,12
2010	108.646.687.523,59	102.382.550.244,41	-6.264.137.279,17
2011	118.081.840.491,59	107.088.041.947,38	-10.993.798.544,21
2012	132.840.033.224,75	114.426.102.668,95	-18.413.930.555,80
2013	131.078.612.562,31	115.208.878.391,51	-15.869.734.170,81
2014	132.920.917.619,93	121.569.954.814,99	-11.350.962.804,94
2015	136.264.446.044,47	119.296.090.361,32	-16.968.355.683,15
2016	125.087.357.673,08	118.642.521.508,91	-6.444.836.164,17
2017	129.683.885.064,00	115.870.666.610,66	-13.813.218.453,34
TOTAL	1.633.337.876.530,29	1.459.352.338.968,37	-173.985.537.561,92

Fonte: SIAFI / Contas Abertas / CFM

*Valores atualizados pelo IPCA. ** Inclui os restos a pagar pagos.

Os investimentos na Saúde (2003 – 2017)

Investimentos Ministério da Saúde*			
Ano	Dotação Autorizada	TOTAL PAGO**	TOTAL PAGO - Dotação Autorizada
2003	3.181.422.259,02	1.520.994.487,46	-1.660.427.771,57
2004	5.221.322.305,26	2.543.008.974,34	-2.678.313.330,92
2005	5.066.979.128,65	1.876.104.948,20	-3.190.874.180,45
2006	6.229.480.655,36	2.866.064.925,96	-3.363.415.729,40
2007	8.544.102.429,95	2.529.209.080,39	-6.014.893.349,56
2008	6.756.611.818,39	2.124.856.395,19	-4.631.755.423,20
2009	6.969.754.383,64	2.640.197.460,54	-4.329.556.923,10
2010	7.130.241.463,01	3.542.377.563,22	-3.587.863.899,78
2011	8.396.048.308,82	3.473.390.403,61	-4.922.657.905,20
2012	16.814.972.767,25	4.847.504.116,91	-11.967.468.650,34
2013	12.233.443.171,85	5.071.359.485,23	-7.162.083.686,62
2014	11.581.936.363,22	5.285.721.357,39	-6.296.215.005,82
2015	11.569.855.677,43	4.630.557.372,99	-6.939.298.304,44
2016	7.001.458.085,84	5.098.684.139,03	-1.902.773.946,81
2017	8.216.962.892,00	2.943.453.959,94	-5.273.508.932,06
TOTAL	124.914.591.709,68	50.993.484.670,40	(73.921.107.039,28)

Fonte: SIAFI / Contas Abertas / CFM.

*Valores atualizados pelo IPCA. ** Inclui os restos a pagar pagos.

De cada **R\$ 10** previstos para a melhoria da infraestrutura em saúde, **R\$ 6** deixaram de ser gastos.





INFRAESTRUTURA

ESTADOS

Leitos SUS
Queda de 10%

Leitos Não SUS
Aumento de 7%



Leitos de INTERNAÇÃO por ESTADO - 2010 a 2018							
	LEITOS SUS				LEITOS "NÃO SUS"		
Estado	Leitos de Internação				Leitos de Internação		
	2010	2018	Variação		2010	2018	Variação
Acre	1409	1307	-102		132	169	37
Alagoas	5453	4588	-865		878	1334	456
Amapá	914	1028	114		165	144	-21
Amazonas	5142	4955	-187		840	800	-40
Bahia	25474	23012	-2462		4914	6240	1326
Ceará	14441	13954	-487		4396	4379	-17
Distrito Federal	4872	4260	-612		2163	2334	171
Espírito Santo	5470	5168	-302		2289	2434	145
Goiás	12667	10984	-1683		4996	6946	1950
Maranhão	13086	12613	-473		1950	1605	-345
Mato Grosso	4783	5272	489		1773	1992	219
Mato Grosso do Sul	3728	3558	-170		2017	1934	-83
Minas Gerais	32156	27426	-4730		12272	13784	1512
Pará	11405	10610	-795		3926	4458	532
Paraíba	8134	6829	-1305		1408	1537	129
Paraná	21027	19202	-1825		8142	8066	-76
Pernambuco	17921	16344	-1577		4331	4979	648
Piauí	7066	6546	-520		1129	1013	-116
Rio de Janeiro	32047	22616	-9431		16863	15967	-896
Rio Grande do Norte	6531	6112	-419		989	1329	340
Rio Grande do Sul	21008	20748	-260		9406	9560	154
Rondônia	2863	3292	429		1051	1133	82
Roraima	822	987	165		13	82	69
Santa Catarina	11303	10950	-353		4041	4377	336
São Paulo	60586	54045	-6541		36451	38348	1897
Sergipe	3052	2333	-719		823	783	-40
Tocantins	2122	2343	221		316	526	210
Total	335482	301082	-34400		127674	136253	8579

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) / CEM - Competência dezembro/2010 - setembro/2018

CAPITAIS

Leitos SUS
Queda de 8%

Leitos Não SUS
Aumento de 7%



Leitos de INTERNAÇÃO por CAPITAL - 2010 a 2018*							
		LEITOS SUS				LEITOS "NÃO SUS"	
Capital	Leitos de Internação				Leitos de Internação		
	2010	2018	Variação		2010	2018	Variação
Aracaju	1538	1432	-106		729	717	-12
Belém	2369	2438	69		1877	2162	285
Belo Horizonte	5550	5132	-418		3863	3801	-62
Boa Vista	605	815	210		13	61	48
Brasília	4872	4260	-612		2163	2334	171
Campo Grande	1315	1219	-96		926	927	1
Cuiabá	1062	1371	309		562	756	194
Curitiba	3598	2763	-835		2691	2769	78
Florianópolis	1221	991	-230		359	603	244
Fortaleza	5704	5228	-476		3007	3175	168
Goiânia	3640	3206	-434		2266	3534	1268
João Pessoa	2328	2011	-317		782	776	-6
Macapá	605	619	14		151	144	-7
Maceió	2449	1941	-508		667	979	312
Manaus	2915	2687	-228		793	750	-43
Natal	2168	2102	-66		750	1049	299
Palmas	309	529	220		90	245	155
Porto Alegre	4738	4107	-631		2590	2714	124
Porto Velho	846	1174	328		402	612	210
Recife	6059	6268	209		1963	2659	696
Rio Branco	727	714	-13		116	155	39
Rio de Janeiro	12831	9186	-3645		10184	8900	-1284
Salvador	5664	5526	-138		2135	2746	611
São Luís	3010	3126	116		832	738	-94
São Paulo	15708	15107	-601		13854	14310	456
Teresina	2195	2394	199		858	725	-133
Vitória	1303	1153	-150		538	468	-70
Total	95329	87499	-7830		55161	58809	3648

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) / CFM - Competência dezembro/2010 - setembro/2018



PROBLEMAS NOS HOSPITAIS

FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

- Primeiro levantamento feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) após a entrada em vigor do novo Manual de Vistoria e Fiscalização, no final de 2016 (Resolução nº 2.153/16).
- O documento, com 481 páginas, estabelece critérios para a fiscalização em centros cirúrgicos, unidades de terapias intensivas, salas de recuperação pós-anestésica e unidades de internação, avaliando as condições estruturais, físicas e de equipamentos.
- Durante 2017, o DEFIS treinou os CRMs. A partir de 2018, começaram as visitas de fato.
- Em 2018, foram fiscalizados 506 hospitais, mas como o Manual oferece a opção de vistorias por módulos, até porque nem todos os locais oferecem o mesmo tipo de serviço, foram realizadas ações em 102 centros cirúrgicos.



FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

PRINCIPAIS ACHADOS NOS 102 CENTROS CIRURGICOS

- Em 33% não tinha foco cirúrgico com bateria
- 22% não possuíam negatoscópio para a leitura de imagens
- 16% também não contavam com carro para anestesia ou monitor de pressão não invasivo
- 12% não dispunham de equipamentos básicos como fio guia e pinça condutora, entre outros problemas.



FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

PRINCIPAIS ACHADOS NOS 102 CENTROS CIRURGICOS

Também foram analisadas as condições estruturais, a área física e instalações e os equipamentos.

- 3% dos centros investigados não existia área para higienização das mãos
- 44% não contavam com fonte fixa de óxido nitroso, usado em procedimentos anestésicos
- 21% não tinham a fonte de oxigênio
- 43% não dispunham de capnógrafo, aparelho que monitora o dióxido de carbono exalado pelo paciente durante cirurgias
- 28% faltavam dispositivos para a realização de traqueotomia



FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

PRINCIPAIS ACHADOS NOS 102 CENTROS CIRURGICOS

Nas salas de recuperação pós-anestésica a precariedade também é grande:

- 28% dos centros cirúrgicos não tinham salas de recuperação pós-anestésica
- 18% faltavam oxímetros
- 19% não havia carrinhos de emergência

Faltavam medicamentos básicos, como brometo de ipratrópio (15%), escopolamina (15%), diclofenaco de sódio (13%) e haloperidol (12%).



FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

PRINCIPAIS ACHADOS EM 131 UNIDADES DE INTERNAÇÃO

Além dos centros cirúrgicos, o Manual de Vistoria e Fiscalização do CFM também avalia as condições de permanência dos pacientes.

- 63% das 131 unidades de internação visitadas foram encontradas camas sem lençóis
- 53% estavam com superlotação
- 21% com leitos sem grades de proteção
- 17% sem leito regulável
- 26% dos quartos não dispunham de biombos ou cortinas para separar um leito de outro
- 15% não contavam com poltrona para acompanhante



FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

PRINCIPAIS ACHADOS EM 68 UTIS

Dos 506 hospitais fiscalizados, 68 possuíam UTI

- 47% das UTIs não tinham monitor de pressão intracraniana (PIC)
- 41% não tinham monitor de débitos cardíacos
- 37% sem oftalmoscópio
- 31% sem capnógrafo



FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

PRINCIPAIS ACHADOS EM 68 UTIS

As UTIs fiscalizadas também não estavam preparadas para transportar os pacientes em caso de piora do quadro clínico.

- 35% não tinham ventilador mecânico para transporte com bateria
- 29% não dispunham de monitor cardíaco para transporte
- 21% não tinham maca com suporte de cilindro de oxigênio
- 21% não contavam com relógios e calendários posicionados de forma a permitir a visualização



FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE MEDICINA

PRINCIPAIS ACHADOS EM 68 UTIS

As UTIs fiscalizadas que ofereciam os serviços diagnósticos, o serviço era precário.

- 44% não dispunham de radiologia intervencionista
- 35% não ofereciam ressonância magnética
- 29%, de exame comprobatório de fluxo sanguíneo encefálico.





FILA DE ESPERA PARA PROCEDIMENTOS ELETIVOS

FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS

- A pedido da Comissão de Comunicação do CFM, após sugestão do COIMP, foram solicitadas a todas as Secretarias Estaduais de Saúde e também das Capitais brasileiras, com base na Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011), a lista atualizada até 20 de junho de 2017 dos pacientes à espera de cirurgia eletiva nos seguintes tipos de procedimentos:

Cirurgias cardíacas
Cirurgias pediátricas
Cirurgias vasculares
Cirurgias do aparelho digestivo
Cirurgias oftalmológicas
Cirurgias ortopédicas

Cirurgias oncológicas
Cirurgias neurológicas
Cirurgias plásticas
Cirurgias ginecológicas
Cirurgias urológicas



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – ESTADOS

14 atenderam plenamente o pedido

Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Pernambuco, São Paulo e Tocantins

2 atenderam parcialmente o pedido

Bahia (apenas 2017) e Rio Grande do Norte (apenas ortopedia)

5 não atenderam ao pedido

Acre, Amapá, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe

4 alegaram não possuir as informações

Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo e Mato Grosso

2 negaram o pedido de acesso

Roraima e Santa Catarina



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS –ESTADOS

FILA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - POR ESTADO - BRASIL, 2017

Estado	Quantidade de cirurgias	Municípios de Residência	Data de Inclusão Primeiro da Fila	Procedimento mais demandado	
				Nome	Quantidade
Alagoas	1.965	80	2011	Cirurgia de catarata	282
Bahia ¹	1.234	126	2017	Cirurgia de vesícula	247
Ceará	18.434	162	2008	Cirurgia de catarata	4.582
Goiás	55.192	245	2007	Cirurgia de catarata	14.777
Maranhão	1.789	16	2013	Cirurgia de vesícula	635
Mato Grosso do Sul	35.071	79	2012	Cirurgia de varizes	4.787
Minas Gerais	434.598	815	2016	Cirurgia de varizes	31.440
Pará	21.426	104	2010	Cirurgia de vesícula	3.226
Paraíba	5.496	155	2013	Cirurgia de catarata	1.452
Paraná	11.431	142	2010	Cirurgia de varizes	1.359
Pernambuco	18.464	134	2010	Cirurgia de catarata	2.755
Rio Grande do Norte ²	1.315	166	2016	-	-
Rio Grande do Sul	39.158	450	2009	Cirurgia de catarata	5.119
Rondônia	6.090	203	2017	Cirurgia de vesícula	732
São Paulo	143.547	373	2005	Cirurgia de catarata	23.539
Tocantins	5.886	174	2009	Hérnia inguinal	486

16 Estados

Mais de **801 mil** procedimentos na fila do SUS

Catarata, vesícula e varizes entre as cirurgias mais comuns

Residentes de mais de **2 mil** municípios

Primeiro da fila desde **2005**



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – ESTADOS

FILA DE CIRURGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - 2017

Secretaria de Saúde do Estado de ALAGOAS*

*Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Data de corte: 12/07/2017.

Ano de Entrada na Fila	Quantidade
2011	8
2012	7
2013	15
2014	95
2015	140
2016	671
2017	997
Não identificado	27
Indícios de inconsistência temporal (1992 à 2010)	5
Total	1.965

Município de Residência	Quantidade
Arapiraca	210
Palmeira dos Índios	164
Maceió	129
Coruripe	107
Delmiro Gouveia	103
São Miguel dos Campos	88
Teotônio Vilela	69
Mata Grande	64
Matriz de Camaragibe	59
São Sebastião	58
Murici	57
Penedo	57

Tipo de Procedimento	Quantidade
Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	773
Cirurgia do aparelho geniturinário	367
Cirurgia do aparelho da visão	287
Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	195
Cirurgia do aparelho circulatório	183
Cirurgia do sistema osteomuscular	126
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	14
Cirurgia de glândulas endócrinas	6
Cirurgia de mama	6
Cirurgia do sistema nervoso central e periférico	4
Outras cirurgias	3
Não identificado	1
Total	1.965

Procedimento	Quantidade
FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	282
COLECISTECTOMIA	269
HERNIOPLASTIA UMBILICAL	174
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL)	164
HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	112
HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	91
ADENOIDECTOMIA	73
AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	69
LAQUEADURA TUBARIA	64
HISTERECTOMIA TOTAL	55



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – ESTADOS

FILA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - BRASIL, 2017

Tipo de Procedimento	Quantidade
Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	203.434
Cirurgia do aparelho da visão	155.831
Cirurgia do aparelho geniturinário	133.707
Cirurgia do sistema osteomuscular	109.849
Cirurgia do aparelho circulatório	81.726
Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	63.704
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	14.401
Cirurgia de mama	9.839
Cirurgia do sistema nervoso central e periférico	8.346
Outras cirurgias	5.768
Cirurgia reparadora	4.333
Cirurgia de glândulas endócrinas	4.113
Cirurgia em oncologia	3.219
Especialidade - Cirurgia Ortopédica	1.315
Cirurgia torácica	718
Bucomaxilofacial	493
Cirurgia obstétrica	211
Tratamentos clínicos (outras especialidades)	25
Tratamento em nefrologia	17
Tratamento de lesões, envenenamentos e outros, decorrentes de causas externas	16
Coleta de material	13
Não Identificado	18
Total	801.096



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – ESTADOS

FILA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - BRASIL, 2017		
Procedimento (nomenclatura oficial)	Procedimento (nomenclatura convencional)	Quantidade
FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	Cirurgia de catarata	85.205
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL)	Cirurgia de varizes	49.557
COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	Cirurgia de vesícula	49.480
HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	Hernioplastia	37.027
COLECISTECTOMIA	Cirurgia de varizes	36.394
HERNIOPLASTIA UMBILICAL	Cirurgia de varizes	28.288
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (UNILATERAL)	Hernioplastia	26.817
AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	Cirurgia de varizes	21.872
HISTERECTOMIA	Histerectomia	17.495
FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	Cirurgia de catarata	16.264

Procedimentos previstos na Tabela SUS, 10 mais demandados



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – CAPITAIS

8 atenderam plenamente o pedido

Aracajú, Belo Horizonte, Campo Grande, Fortaleza, João Pessoa, Porto Alegre, Recife e São Paulo

2 atenderam parcialmente o pedido

Boa Vista e Palmas

8 não atenderam ao pedido

Belém, Cuiabá, Florianópolis, Goiânia, Manaus, São Luís, Rio de Janeiro e Teresina

6 alegaram não possuir as informações

Macapá, Maceió, Porto Velho, Rio Branco, Salvador e Vitória

2 negaram o pedido de acesso

Curitiba e Natal



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – CAPITAIS

FILA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - POR CAPITAL - BRASIL, 2017

CAPITAL	Quantidade de cirurgias	Municípios de Residência	Data Primeiro da Fila	Procedimento mais demandado	
				Nome	Quantidade
Aracaju	2.013	84	2016	Hérnia inguinal	150
Belo Horizonte	25.885	-	-	Histeroscopia Cirúrgica	1.359
Boa Vista	73	-	2017	Reparação de outras hérnias	7
Campo Grande	4.081	98	2015	Cirurgia de visícula	403
Fortaleza	25.116	282	2003	Cirurgia de visícula	1.464
João Pessoa	1.717	5	2014	Cirurgia de catarata	573
Palmas	2.126	-	2016	Cirurgia Oftalmológica	1.474
Porto Alegre	4.288	294	2012	Cirurgia de catarata	678
Recife	6.712	-	-	Cirurgia de catarata	1.707
São Paulo	30.980	-	2014	Cirurgia Ortopédica - Joelho	11.679

10 Capitais

Cerca de **103 mil** procedimentos na fila do SUS

Catarata e vesícula entre as cirurgias mais demandadas

Residentes de quase **1 mil** municípios

Primeiro da fila desde **2003**



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – CAPITAIS

FILA DE CIRURGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - 2017 Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza - CEARÁ*

*Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Data de corte: 20/06/2017.

Ano de Entrada na Fila	Quantidade
1997	1
1999	1
2000	1
2001	15
2002	10
2003	29
2004	31
2005	49
2006	161
2007	295
2008	534
2009	882
2010	1249
2011	1589
2012	1724
2013	2050
2014	3787
2015	4954
2016	5426
2017	2018
Não Identificado	310
Total	25.116

Idade dos Pacientes	Quantidade
Menor 1 ano	40
1 a 4 anos	541
5 a 9 anos	1.306
10 a 14 anos	1.238
15 a 19 anos	820
20 a 29 anos	1.372

Tipo de Procedimento	Quantidade
Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	4.425
Cirurgia do sistema osteomuscular	3.190
Cirurgia do aparelho geniturinário	3.045
Cirurgia do aparelho da visão	2.809
Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	2.537
Cirurgia do sistema nervoso central e periférico	841
Tratamento em nefrologia	704
Cirurgia de mama	352
Cirurgia do aparelho circulatório	340
Cirurgia reparadora	252
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	236
Tratamentos clínicos (outras especialidades)	231
Tratamento de lesões, envenenamentos e outros, decorrentes de causas externas	125
Cirurgia de glândulas endócrinas	103
Cirurgia em oncologia	77
Tratamento em oncologia	40
Bucomaxilofacial	20
Diagnóstico por endoscopia	17
Cirurgia torácica	9
Coleta de material	6
Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos	1
Não identificado	3.043
Outras cirurgias	2.713
Total	25.116

Tipo de Procedimento	Quantidade
COLECISTECTOMIA	1.464
ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO	1.212
REPARACAO DE OUTRAS HERNIAS	1.205
AMIGDALECTOMIA	969
FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA	788



FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS NO SUS – CAPITAIS

FILA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - BRASIL, 2017

Tipo de Procedimento	Quantidade
Cirurgia Ortopedica	23.539
Cirurgia do aparelho geniturinário	13.531
Cirurgia do sistema osteomuscular	12.874
Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	11.356
Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	8.371
Cirurgia do aparelho da visão	7.131
Outras cirurgias	4.257
Cirurgia Urologica	3.101
Não Identificado Total	3.057
Cirurgia do Aparelho Digestivo Total	2.035
Cirurgia do aparelho circulatório	1.813
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	1.495
Cirurgia Oftalmológica Total	1.474
Cirurgia reparadora	1.248
Cirurgia do sistema nervoso central e periférico	1.230
Cirurgia de mama	1.065



Procedimentos previstos na Tabela SUS, acima de mil demandas

OBSERVAÇÕES FINAIS

- O Ministério da Saúde também está estimulando a adesão de municípios e estados ao Sistema Nacional de Regulação (SISREG), software disponibilizado às gestões locais e estaduais para regulação de procedimentos diversos, como exames, consultas e cirurgias eletivas.
- A plataforma viabiliza a unificação das filas por parte dos estados e dos municípios. Atualmente, 2.548 prefeituras e 14 gestões estaduais já utilizam o SISREG para gestão de sua demanda por cirurgias eletivas.
- Segundo o MS, as informações obtidas pelo SISREG já permitem traçar um panorama preliminar de um total de 800.559 cirurgias aguardando realização, sendo a maior demanda na especialidade de traumatologia e ortopedia (182.003), com significativa expressão também para as cirurgias gerais (161.219).



OBSERVAÇÕES FINAIS

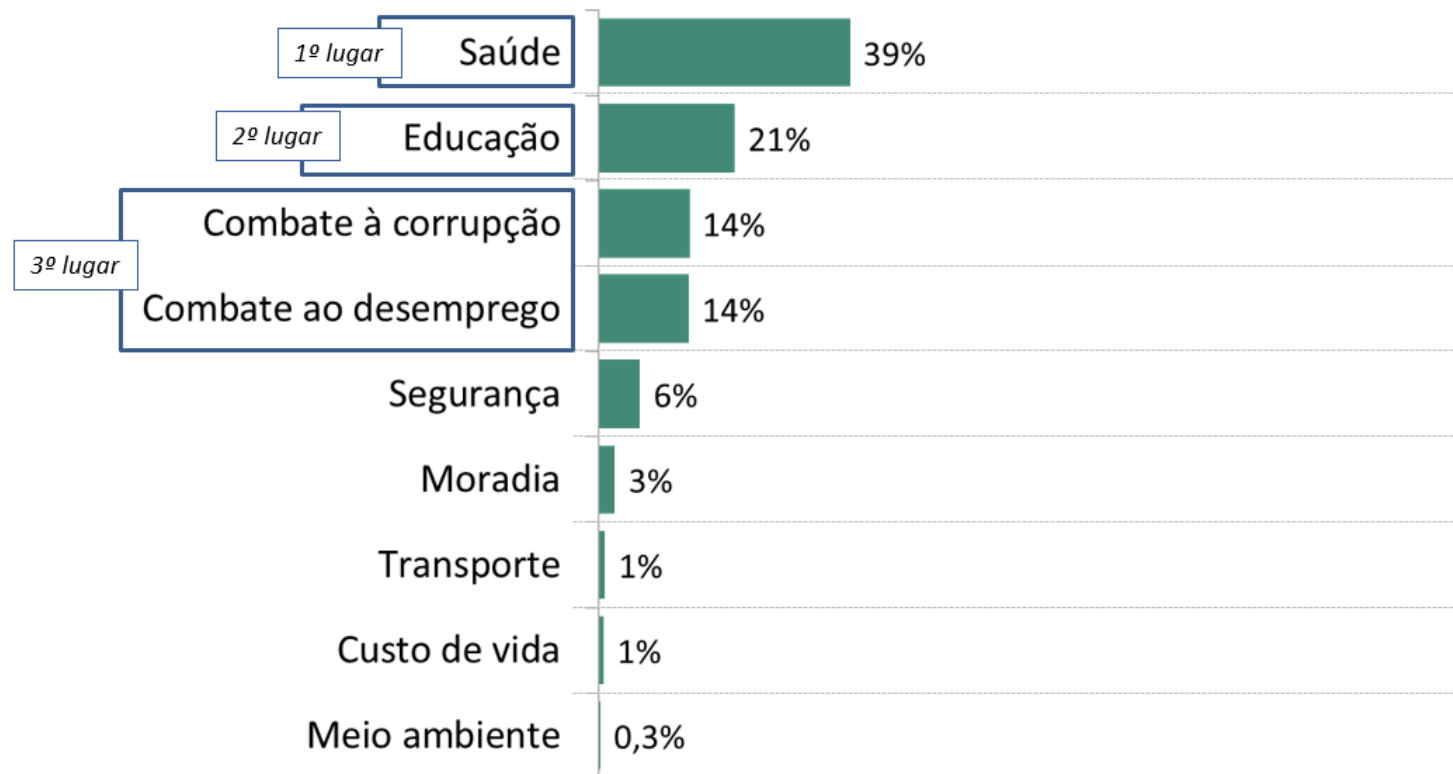
- As informações do Ministério da Saúde, portanto, convergem para as informações declaradas pelos Estados e Capitais via Lei de Acesso à Informação.
- Em 2016, foram registradas 1.652.260 cirurgias eletivas no Sistema Único de Saúde (SUS).
- O levantamento do CFM considerou o número procedimentos ainda não atendidos. Ressalta-se que, um mesmo paciente pode estar aguardando a realização de mais de um procedimento, em mais de uma localidade.
- O trabalho constatou ainda o grau de eficiência e transparência dos gestores locais. Nas casos em que houve negativa ou não resposta ao pedido de envio dos dados por parte das Secretarias de Saúde, o Ministério Público local será acionado, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.





PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS

Saúde: tema que mais preocupa a população

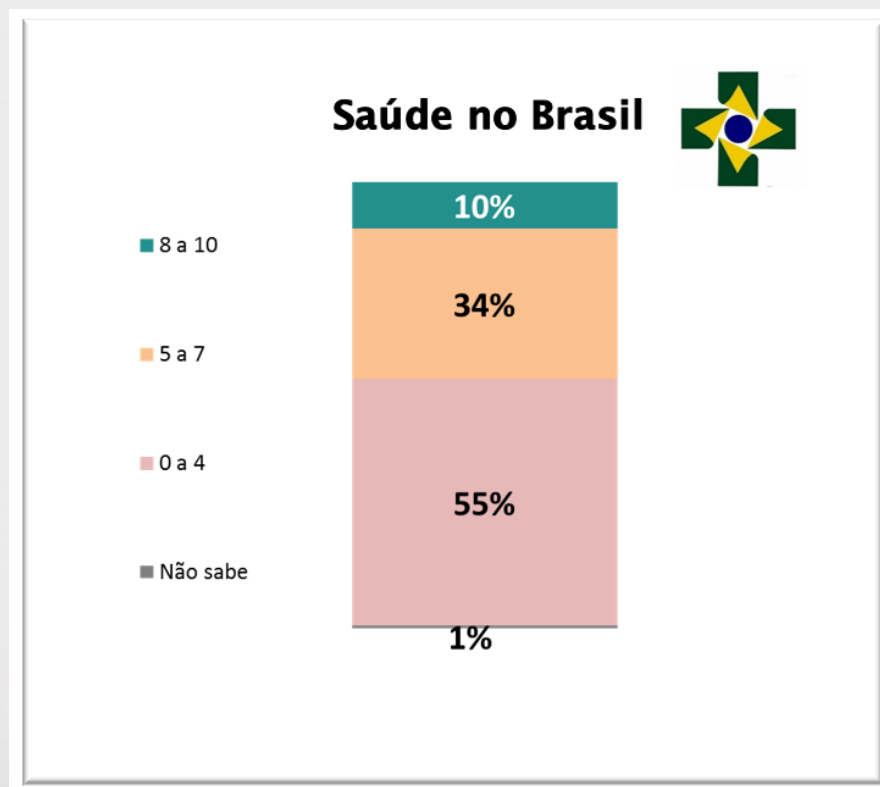


Fonte: Datafolha/CFM, 2018

Base: 2.087 entrevistas// Questão: Na sua opinião, qual deve ser a primeira prioridade do governo federal?



Avaliação da SAÚDE (em geral – público/privado)



- 55% consideram a saúde ruim ou péssima;
- 34% classificam como regular;
- 10% dizem que é boa ou ótima.

Fonte: Datafolha/CFM, 2018

Base: 2.087 entrevistas// Questão: Como você classifica a situação da saúde - em todos os aspectos, em serviços públicos e privados - no Brasil?



Serviços com acesso considerado DIFÍCIL/MUITO DIFÍCIL (destaques)

- 74% avaliaram como difícil/muito difícil acesso a médicos especialistas;
- 68% o acesso a cirurgias no SUS;
- 64% apontam o acesso a leitos de UTI;
- 63% indicam problemas de acesso a exames de imagem;
- 58% avaliaram como difícil ou muito difícil acesso a procedimentos específicos (diálise, quimioterapia, radioterapia).



Fonte: Datafolha/CFM, 2018

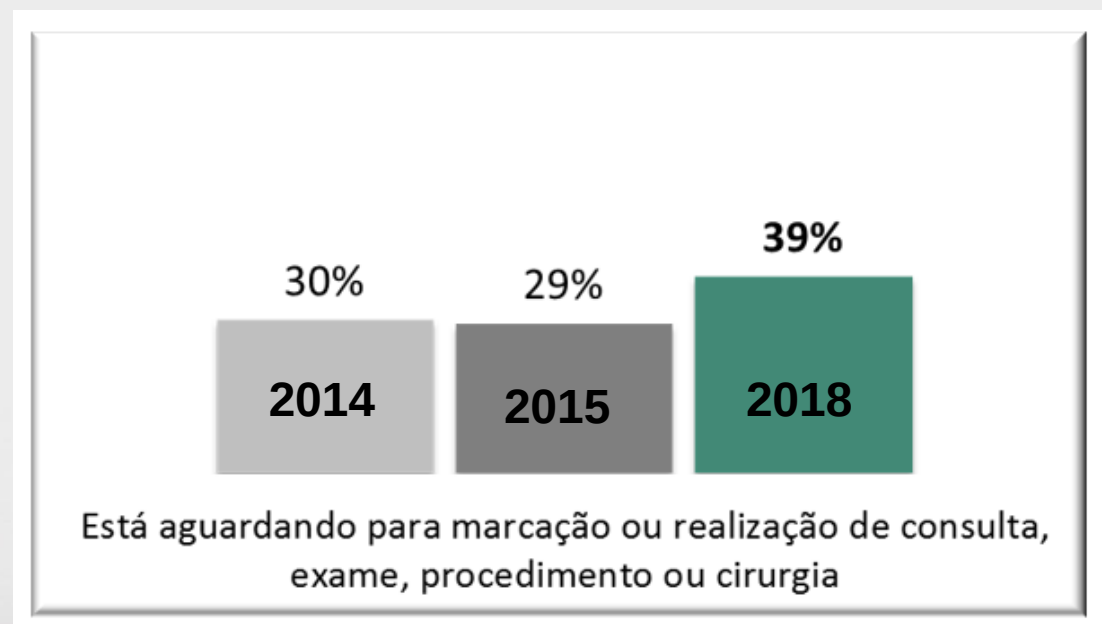
Base: 2.087 entrevistas// Questão: Você considera que o acesso/facilidade para usar ao serviço de _____ do SUS (rede pública) foi muito fácil, fácil, difícil ou muito difícil?



Tempo de espera: problema que compromete o ATENDIMENTO

Dos 2.087 entrevistados, 39% (805 pessoas) relataram que aguardavam resposta do SUS para um pedido de consulta, exame, procedimento ou cirurgia

Esse percentual, é nove pontos percentuais maior do que o registrado em pesquisa anterior, realizada em 2014.



Fonte: Datafolha/CFM, 2018

Base: 2.087 entrevistas // Questão: Você ou alguém de sua casa está aguardando a marcação ou realização de consulta, exame, procedimento ou cirurgia, pelo SUS? Há quanto tempo está aguardando?



Tempo de espera: problema que compromete o ATENDIMENTO

Em 2018, dos 805 pacientes que aguardavam uma resposta para atendimento:

- 16% aguardavam há um mês;
- 39% estavam na fila de um mês a seis meses;
- 16% esperavam de seis a 12 meses;
- 29% aguardavam há mais de 12 meses.



Fonte: Datafolha/CFM, 2018

Base: 805 entrevistas// Questão: Há quanto tempo está aguardando?

Tempo de espera: problema que compromete o ATENDIMENTO

De acordo com os entrevistados, em 2018, o tempo de espera aumentou:

- O percentual dos que esperavam há mais de seis meses, passou de 29%, em 2014, para 45%, em 2018;
- Dentre os que aguardavam há mais de 12 meses, esse índice passou de 16%, em 2014, para 29%, em 2018.



Fonte: Datafolha/CFM, 2018

Base: 805 entrevistados que estão aguardando a marcação/ realização de consulta, exame

Opinião sobre diferentes aspectos do ATENDIMENTO

Na avaliação dos entrevistados, os cinco itens relacionados ao atendimento que têm pior avaliação são:

- 1º - Tempo de espera para fazer cirurgias – **61% de ruim ou péssimo**
- 2º - Tempo de espera para realização de exames de imagem - **56%**
- 3º - Tempo de espera para se conseguir uma consulta - **55%**
- 4º - Facilidade de acesso a médico especialista - **52%**
- 5º - Facilidade de acesso a leito de UTI - **52%**

Os itens com menores percentuais de avaliação negativa são:

- acesso a medicamentos gratuitos – **com 37% de ruim ou péssimo;**
 - qualidade do atendimento de urgência – **com 34%.**

Fonte: Datafolha/CFM, 2018

Base: 1.969 entrevistados que se declararam usuários do SUS // Questão: Em uma escala de zero a dez dê uma nota para os seguintes itens referentes ao atendimento do SUS.



PRINCIPAIS CONCLUSÕES

INFRAESTRUTURA DEFICITÁRIA

No Brasil, postos de saúde e hospitais da rede pública sofrem com falta de equipamentos e insumos para o atendimento.

O total de leitos de internação e de UTI também é pequeno, diante da demanda.

DEMORA NO ATENDIMENTO

A ausência de infraestrutura e a demanda crescente tem causado o aumento da demora por atendimento e longas filas de espera, sobretudo em procedimentos eletivos.

FINANCIAMENTO E GESTÃO

Com financiamento público restrito, as políticas de saúde enfrentam falta de recursos para sua implementação.

O despreparo dos gestores (em todos os níveis) impacta em planejamento insuficiente e inadequado.

PERCEPÇÃO NEGATIVA

Conjunto de fatores contribui para uma avaliação negativa da saúde e do SUS pela população.





MUITO OBRIGADO